

AS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE E OS RECURSOS DA NATUREZA NA REGIÃO DE PALMAS E GUARAPUAVA¹

Antonio Giacomini Ribeiro²

RESUMO

Os sucessivos ciclos econômicos que se verificaram na região de Palmas e Guarapuava (tropeirismo, erva-mate, madeira e agricultura moderna) sempre se apoiaram em algum recurso da natureza. A história da organização do espaço regional é a própria história das formas pelas quais a sociedade se apropriou daqueles recursos que se tornaram, a cada tempo, o fio condutor da economia regional e a fonte de poder e dominação na região.

PALAVRAS-CHAVE: Paraná, modernização da agricultura, ciclo econômico, região, economia madeireira, erva-mate, tropeirismo, colonização e sociedade campeira.

SUMÁRIO

1. Introdução
2. O Processo de Integração dos Espaços Campestres do Brasil Meridional e a Implantação da Sociedade Campeira na Região de Palmas e Guarapuava
3. As Bases Econômicas e Sociais da Organização Atual do Espaço Regional
 - 3.1. Os novos povoadores
 - 3.2. Os modernos sistemas de produção.

1 – INTRODUÇÃO

“ São as atividades rurais predominantes, bem como os ciclos econômicos que o Paraná viveu, o que melhor define a gente paranaense, porque a cada um deles corresponde uma forma de exploração da terra, um regime de trabalho e um tipo humano que, conjugados, expressam a fisionomia da região ” BALHANA (1955).

A ocupação territorial nos países novos, conforme SINGER (1974), se viabiliza através da existência de atividade econômica que sustente o grupo social e que seja de caráter permanente. Estas atividades podem estar ligadas à subsistência do grupo, apresentando um setor exportador relativamente atrofiado. Entretanto, outras economias orientam-se quase que apenas em função da produção de mercadorias no sentido de atender às necessidades de outros grupos sociais, com os quais estabelece uma relação de dependência, pois a renda auferida com a exportação aumenta a sua capacidade de importar, importação esta necessária mesmo até para continuar reproduzindo sua estrutura exportadora, base de sua própria estrutura social.

¹ Esta pesquisa foi realizada com o apoio financeiro do CONCITEC (Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná) e é parte da tese de doutoramento intitulada: Paisagem e Organização Espacial na Região de Palmas e Guarapuava, apresentada em junho de 1989 na Universidade de São Paulo.

² Professor do Departamento de Geografia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá.

Em se tratando de sociedades que surgiram em condições de dependência colonial, as relações de produção se apóiam na exploração dos recursos da natureza, através de mão-de-obra pouco qualificada, portanto, barata. Assim, de acordo com PADIS (1981 : 37),

“ Não raro, essas economias atingem níveis de produção e renda e, conseqüentemente, de capacidade de importar, bastante consideráveis, flutuando para mais ou para menos em função dos deslocamentos da procura externa. Nestes casos, uma parte substancial da procura interna de bens acabados é atendida através de importações”.

Em relação à área em estudo, o processo da organização do espaço ocorre, historicamente, no momento em que a sociedade se instala, pelo menos aparentemente, no sentido de explorar os elementos da natureza que garantirão a sua subsistência e, principalmente, sua inserção no quadro geral da economia colonial brasileira. A ressalva é necessária pois objetivos geopolíticos também concorreram decisivamente para a ocupação da área, conforme detalharemos adiante.

A agregação destes espaços à economia colonial brasileira ocorreu no sentido de apoiar a atividade maior estimulada pela metrópole, a mineração do ouro, no sentido estrutural atribuído por PADIS (Op. cit. : 37):

“ No entanto, esta economia ‘reflexa’ deixa margem ao aparecimento de outras atividades econômicas — agropastoris e manufatureiras — cuja finalidade é, de uma parte, atender à parcela não satisfeita por produtos importados e, de outra — talvez mesmo a mais importante —, agir como sustentáculo da atividade condutora da economia”.

A análise histórica de uma economia dependente tem sido periodizada através de seus “ciclos econômicos”, conceito associado a uma atividade principal, conduzida por um produto principal, em torno do qual se estrutura o sistema produtivo da sociedade. Determinado ciclo é comandado por um produto que tem valor no mercado externo trazendo, por isso, significativos volumes de capital para a sociedade que o produz, sempre a partir da exploração dos recursos da natureza.

Entretanto, de tempos em tempos a sociedade se realimenta em novas necessidades num incessante recriar. Certos produtos ganham maior valor relativo, em detrimento de outros, ao longo do processo histórico pelo qual a sociedade se transforma. Os produtos primários, aqueles que são diretamente produzidos pela natureza, têm sua procura comandada pelos mercados que extrapolam o grupo social que executa o seu primeiro processamento. Assim, os “ciclos econômicos” se sucedem ao longo da história do território. A sociedade se renova e na paisagem vão se registrando as marcas e as heranças de ciclos passados, convivendo com o mais atual de maneira relictual, num processo incessante de exploração e exaustão dos recursos da natureza, característicos das regiões periféricas àquelas industrializadas.

O território paranaense seguiu o processo de ocupação colonial e neocolonial, comum a praticamente toda a América Latina. Uma economia quase sempre voltada para fora, para o exterior de suas fronteiras, exportando produtos primários, geralmente extrativos, pouco podendo contribuir para a criação de uma infra-estrutura que garantisse uma economia mais auto-suficiente e, ao mesmo tempo, forte e dinâmica.

A expressão geográfica da estrutura econômica colonial, dinamizada pelas relações de dependência entre a colônia e a metrópole e, posteriormente, entre a potência industrializada e o país produtor de matérias-primas, se materializa, em princípio, pela disposição de seus quadros paisagísticos naturais vistos, então, como recursos. A estes, segue-se a organização social e econômica capaz de encarregar-se da apropriação da parte "interessante" destes recursos da natureza, apropriando-se também do trabalho da população local, no sentido de promover sua exportação, após realizar, no máximo, o seu beneficiamento primário.

Neste particular, fica claro que, no caso paranaense, com o estabelecimento de uma economia exportadora de produtos primários extrativos, a disposição espacial dos recursos naturais então valorizados, em muito iria contribuir para a distribuição espacial da população.

O caráter periférico e dependente da economia paranaense sempre esteve presente na organização de seus espaços produtivos e na estruturação de suas paisagens. Na região de Palmas e Guarapuava este é evidenciado pela marcante precariedade que caracterizou os sistemas de produção e atividades de apoio, até os meados deste nosso século.

A partir da década de 1950, as profundas modificações estruturais que se verificaram na agricultura brasileira também se fizeram presentes na área em estudo. Comandada pela penetração do capitalismo financeiro na atividade agropecuária e pela introdução de novos contingentes populacionais, as estruturas tradicionais da organização produtiva são renovadas em seus produtos, tecnologia e relações de trabalho, com a conseqüente resposta na organização espacial, cujas evidências se materializam no aspecto das paisagens, em rápida transformação, a partir de então. Entretanto, não podemos perder de vista que a organização do espaço produtivo continua a ser comandada de fora, agora por uma economia de mercado muito mais complexa e ágil, gerida pelos interesses de grupos não identificados pelos trabalhadores que geram os próprios produtos.

Buscando identificar as heranças sociais e econômicas da organização do espaço regional, entendemos ser útil uma visão evolutiva da sua ocupação econômica. Tentaremos entender o processo histórico que resultou na ocupação de Palmas e Guarapuava, sem perder de vista a evolução do capitalismo no Brasil, estruturando uma sociedade que teve nos recursos naturais oferecidos, ora pelos espaços campestres, ora pelos espaços florestados periféricos, a sua maior base de poder e de sustentação econômica.

2 – O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS ESPAÇOS CAMPESTRES DO BRASIL MERIDIONAL E A IMPLANTAÇÃO DA SOCIEDADE CAMPEIRA NA REGIÃO DE PALMAS E GUARAPUAVA

A evolução das técnicas náuticas conseguida pelos portugueses, nos séculos XV e XVI, possibilitou-lhes o acesso, e o conseqüente domínio político, a vastos territórios ainda não explorados pelos europeus. Acordos e tratados com a Espanha, potência naval emergente, não manteriam, por muito tempo em mãos lusitanas as terras descobertas, principalmente na América, onde o confronto entre ambas assumia caráter mais direto.

A exigüidade populacional de Portugal não permitia excedentes suficientes para ocupar fisicamente os espaços atingidos pelos seus navegantes e garantidos, embora precariamente, pelos seus políticos. Assim tornava-se urgente, já no século XVI, uma ocupação estratégica dos territórios ultramarinos, visando garantir a posse

das terras — e dos recursos nelas contidos — e o rápido retorno dos capitais investidos na empreitada colonial, destarte consolidando a posição da metrópole portuguesa.

Em relação ao território brasileiro de então, a política colonial portuguesa buscou, inicialmente, o controle de pontos litorâneos que, ao mesmo tempo, garantissem a posse efetiva da terra e apoiassem a exploração e o escoamento das prováveis riquezas extrativas que porventura fossem encontradas no interior, principalmente os bens minerais, que tanto sucesso conferiam aos avanços coloniais hispânicos na América Andina. A partir de portos-fortalezas, estrategicamente localizados no litoral, partiam as expedições de reconhecimento, buscando-se inventariar a potencialidade do território.

A ocupação inicial do litoral paranaense deu-se entre 1632 e 1646, com a descoberta de ouro nos aluviões do sopé oriental da serra do Mar. A localidade de Paranaguá, dona de excelente ancoradouro, foi o núcleo inicial e de apoio a esta atividade, que logo atinge também o planalto, através do vale do Alto Ribeira e seus formadores. Entretanto,

“as minas não renderam o que delas se esperava e, em breve, cessava o surto de progresso em Paranaguá. A vila instalada em 1649, iria experimentar ritmo de desenvolvimento muito lento, que duraria quase três séculos, mantido assim graças ao seu magnífico porto natural e às raças de subsistência ao redor de seu pequeno golfo” (VALVERDE, 1957 : 108).

Observa-se, desde então, a instalação de uma economia subsidiária e periférica onde viria a ser o território paranaense, desde os primórdios de sua ocupação, uma vez que a exploração dos metais preciosos, localmente não obtivera sucesso.

No século XVII, o fio condutor da economia colonial situava-se na Zona da Mata, no distante litoral nordestino, com o ciclo da cana-de-açúcar, praticamente excluindo a participação dos territórios situados ao sul da Bahia, da formação da renda colonial. A dinamização da exploração aurífera nas Minas Gerais, durante o século XVIII, reorganizou todo o espaço econômico da colônia, no sentido da sua própria viabilização. O litoral paranaense já participava, embora timidamente, deste esforço, com o envio de gêneros alimentícios.

O povoamento estratégico do território fica evidente em vários momentos da História Colonial, com a presença do colono-soldado, destacando-se os imigrantes açorianos no século XVII, pois a produção agrícola passaria a interessar ao Império apenas no momento em que se tornaria básica para o sustento da mineração.

O estabelecimento de portos fortificados, com seus arredores agrícolas, e o incipiente desenvolvimento das lavras mineradoras, em pouco contribuíram para o enriquecimento material do território paranaense. É a busca incessante do ouro que leva os exploradores serra acima, via vale do Ribeira, atingindo os campos de Curitiba, onde a facilidade da vegetação campestre possibilitou a implantação de fazendas de criar, ainda voltadas para o porto litorâneo. Entretanto, como parte do processo da reorganização espacial provocada pelo desenvolvimento das Minas Gerais, verifica-se a expansão paralela da pecuária que, nesse momento, atenderia a dois objetivos essenciais, o abastecimento das zonas mineradoras em gado para transporte e alimentação e a ocupação de vastas áreas campestres nativas, situadas em territórios potencialmente litigiosos, com pequeno efetivo populacional.

A introdução do gado nos campos da bacia do Paraná deve ser creditada aos missionários jesuítas espanhóis, quando da instalação das reduções indígenas, no

final do século XVI e início do seguinte. A atuação da Companhia de Jesus tinha como centro de suas atividades a área atualmente ocupada pelo Paraguai mas, em seu período de maior expansão, atingiu expressivos setores do atual território brasileiro, incluindo os campos nativos do atual Rio Grande do Sul. No Território do hoje Estado do Paraná as reduções ocuparam, preferencialmente, as margens dos grandes rios, a oeste do Tibagi. As bandeiras paulistas, no intuito de escravizar os nativos, atacavam as reduções jesuíticas e o seu gado também era trazido como produto do saque.

Em 1637 o bandeirante Antônio Raposo Tavares assaltou as missões situadas a leste do rio Uruguai. Em fuga,

“ao se retirarem com os índios convertidos que se dispuseram a acompanhá-los para o oeste do rio Uruguai, os jesuítas soltaram 400 vacas leiteiras, escuras, pertencentes às missões, a fim de que estas não caíssem nas mãos de seus atacantes. Estes animais vieram a constituir o casco inicial do gado da Campanha Gaúcha.

Os animais aí proliferaram de maneira espantosa, tornando-se gado ‘alçado’ ou ‘chimarrão’, termos com que se designam a rês selvagem. Há um documento da época (último quartel do século XVII) que avalia o rebanho existente entre o rio Uruguai e o oceano, em mais de quatro milhões de cabeças. Os missionários chamavam-nas, por isso, a ‘Vacaria do Mar’ ” (Op. cit. : 95).

Entretanto, os jesuítas continuaram a desfrutar destes rebanhos, mas em franca competição com os colonizadores situados no litoral luso-brasileiro, que empreendiam freqüentes incursões sobre a vacaria, buscando o couro, a graxa e o sebo.

Em 1682 os jesuítas retornaram à banda ocidental do rio Uruguai, mais precisamente para os campos do noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, onde fundaram as Missões dos Sete Povos, objetivando melhor

“zelar pela vacaria, combatendo mais de perto os luso-brasileiros e índios inimigos, ao mesmo tempo que se colocavam mais próximos dos ervais nativos” (Op. cit.. : 96).

Na “Vacaria dos Pinhais”, atualmente conhecida como Campos de Vacaria, quando controlada pelos Sete Povos das Missões, foi introduzido o sistema da “estância”, onde o gado já não era deixado solto e caçado como animal selvagem, sendo aí pastoreado e controlado. Porém esta vacaria também não durou muito tempo, sendo dizimada pelos luso-brasileiros logo na metade do século XVIII.

A ocupação efetiva de áreas mais expressivas do território do atual Estado do Paraná verificou-se, inicialmente, nos campos de Curitiba (Primeiro Planalto), que se apresentava aos frustrados mineradores da serra do Mar e do Alto Ribeira como a alternativa para a sua própria sobrevivência, através da criação do gado, sendo que

“em território paranaense o desenvolvimento do processo de povoamento foi ainda tímido, nessa fase balizada pelos últimos decênios do século dezoito e os primeiros do dezoito. A ocupação do planalto se firmou mais com a fundação do Povoado de São José dos Pinhais, que aparece em torno de 1690, e com a definitiva oficialização da Vila de Nossa Senhora da Luz de Curitiba, em 1693” (BRUNO, 1967 : 56).

Apesar de sua estagnação econômica, o porto de Paranaguá foi um marco do imperialismo português plantado no litoral sul brasileiro, como aqueles posicionados ainda mais ao sul (São Francisco, Nossa Senhora do Desterro e Laguna), sempre na tentativa de consolidar, ou mesmo avançar, seus limites em relação àqueles do império colonial espanhol. São consideradas, nessa época, localidades de expressão menor, pois

"desses portos acanhados saíam cereais, peixe seco, farinha de mandioca e xarque para os mercados principais da colônia, que iam de São Vicente até as Minas Gerais" (Op. cit. : 110).

A partir do núcleo de Curitiba, os campos de Ponta Grossa (Segundo Planalto) foram descobertos e ocupados extensivamente com a pecuária, pois apresentavam-se mais abertos e planos que aqueles de Curitiba, sendo por isso denominados de Campos Gerais.

A intensificação da atividade mineradora nas Minas Gerais propiciou a concentração exagerada de pessoas empregadas neste mister, com a conseqüente crise no abastecimento de víveres e animais de transporte.

"A organização deste abastecimento foi o grande problema enfrentado pelo governo colonial, na primeira metade do século XVII. O norte e o sul do Brasil se empenharam nesse problema, encontrando, afinal, em Minas Gerais, o mercado para o produto de suas atividades econômicas" (BALHANA, PINHEIRO e WESTPHALEN, 1969 : 63).

O principal marco desta nova conjuntura, que acentuava o caráter periférico da nascente economia do território do atual Paraná, foi o estabelecimento da rota boiadeira entre 1728 e 1730, destinada ao escoamento das tropas procedentes do sul e conduzidas à feira de Sorocaba e, daí, para as Minas Gerais. Os parques contingentes populacionais concentrados no litoral e arredores de Curitiba, além daqueles espalhados pelos Campos Gerais, foram atraídos para o fornecimento de gado às Minas. Entretanto, os estoques de gado paranaense foram insuficientes para tamanha demanda, passando o gado a ser buscado nas já então famosas vacarias da Província de São Pedro do Rio Grande.

Os Campos Gerais, no Segundo Planalto, passaram definitivamente a integrar o espaço econômico brasileiro, inicialmente fornecendo à feira de Sorocaba, o gado de sua própria produção. Entretanto, mais rendoso tornara-se buscar as tropas nas vacarias do sul e inverná-las para posterior revenda. O mesmo aconteceu com os campos de Curitiba, com quase toda a sua população economicamente ativa dedicada ao comércio e ao transporte do gado, mantendo suas pastagens naturais dedicadas à invernagem.

Apoiados pelas fazendas de cria e recria do Rio Grande e nas invernadas do Paraná, o caminho boiadeiro, também conhecido como a "estrada das matas", desenvolveu-se e provocou o aparecimento de uma série de núcleos urbanos e proto-urbanos, incipientemente estruturados no sentido de oferecer sustentação ao movimento do tropeirismo. A estrada das matas, vindo do sul, penetrava no atual Paraná por Rio Negro — limite entre a zona florestada, ao sul, e as zonas dos campos do Segundo Planalto, ao norte — e seguia bordejando o reverso interior da "cuesta da Serrinha", revestida pela vegetação campestre, para atingir Ponta Grossa e daí, Sorocaba, via Castro e Itararé.

A crescente demanda e o elevado preço alcançado pelas tropas de gado bovino e, principalmente, pelos muare, nos centros de consumo, no começo do século XIX, entusiasmou o governo provincial de São Paulo, que detinha a posse da área nessa época, a incentivar a conquista dos campos situados a oeste dos Campos Gerais, os campos de Guarapuava. Estes já eram conhecidos desde 1770, mas sua ocupação fracassara em função da presença de nativos hostis. Por outro lado, era premente a ocupação rápida e efetiva do território, pois sendo então a colônia elevada à condição de Reino Unido a Portugal, era necessário fortalecer sua posição perante aos vizinhos, que estavam em franco processo de independência política, ocorrendo o risco do agravamento de questões fronteiriças ainda pendentes com a Espanha. Assim, os espaços naturalmente propícios à expansão da pecuária foram os mais visados, por favorecerem a ocupação de vastas áreas com escassa população.

Com a organização da atividade tropeira instala-se no Paraná uma primeira estrutura social organizada e comprometida com a produção de bens destinados à sustentação da atividade principal da colônia, a mineração. A chamada sociedade campeira no Paraná, se consolidava já no final do século XVIII e no início do XIX se expandia para oeste.

Guarapuava, instalada em 1810, após as dificuldades iniciais em relação aos indígenas, já estava com seus campos lotados em 1840 e,

“ Achando-se então Guarapuava muito opulenta e não havendo mais lugar para se estenderem as fazendas de criar e estabelecimento de novas; deliberaram alguns indivíduos entrarem pelos campos de Palmas, apesar dos perigos a que se expunham, de serem victimas dos selvagens ali residentes” (PINTO BANDEIRA, 1851 : 387).

Os campos de Palmas já eram conhecidos desde o tempo do bandeirante Raposo Tavares, como os campos dos Biturunas que, uma vez conquistados, apresentavam prósperas fazendas, apesar das grandes dificuldades de comunicação que se interpunham às ligações estáveis com a rota principal que atravessava o Paraná, a estrada das matas. De acordo com o relato do citado autor,

“ Hoje se acha o campo de Palmas coberto de animaes; e ha fazendas de mais ou menos consideração; marcando anualmente as menores duzentas crias; e as outras proporcionalmente mais, até mil, e por isso já exporta número avultado de cavalos, bestas e gado vaccum” (Op. cit. : 395).

No sentido de captar impressões a respeito da área em estudo, no momento de sua ocupação, transcrevemos alguns trechos das “Memórias sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava”, do Padre Francisco das Chagas de Lima, como se segue.

“ Ocupam os campos de Guarapuava uma vasta porção de terreno, quasi todo circumdado de montanhas, à maior distância, e de espessos bosques, os quaes por muito tempo os ocultaram as tentativas de seu descobrimento; tendo a extensão de 20 léguas de comprimento, e 12 a 14 de largura; sendo cortada de rios e ribeiros, que formam das elevações ou coxilhas, que ramificam suas serras vizinhas. O seu aspecto é agradável e alegre aos viandantes, depois que atravessam, para o avistarem, os escuros bosques de

difficil transito. O clima é analogo ao dos campos geraes de Coritiba, frio e de temperatura irregular, pois se elevam a 450 braças acima do nível do mar.

A agricultura ainda está em seu começo; porém cultivados produzirão os fructos de climas frios, e plantas dos cereaes. O que se encontrou n'esses districtos foram pinheiros, laranjeiras, coqueiros dos jeribás e algumas madeiras de lei.

Os seus actuaes habitantes occupam-se actualmente mais com a criação do gado vaccum, cavallar e lanigero, para os quaes se acham pastagens proprias, tendo-se para ahi conduzido bastantes crias.

As serras mais notáveis do districto são, ao Norte, a de Apucarana, a Leste, a da Esperança, ao Sul, morro do Espigão na estrada para Lages), e ao Oeste, as escarpadas formações além do rio Cavernoso, que separam as vertentes dos campos dos rios que vão desaguar no Paraná.

O rio principal, propriamente do campo, é o Jordão, formado pelos rios Coitinho e do Pinhão e outros mais, fazendo o dito barra no Iguassú; quasi todos são de corrente rapida e pouco piscosos.

O rio que consta ser mais abundante de peixe é o Pequery, não muito distante do Campo. N'este tambem se encontra formação de pedra calcarea e de mina de ferro. Nos campos são as differentes formações de granito, ás quaes denominam lagedos. Encontram-se poucos quadrupedes indigenas, algumas onças e veados; ha porém abundancia de perdizes e avestruzes, e alguns corvos brancos, assim como papagaios e periquitos, que se aninham em bosques visinhos, de onde sahem para o campo; além d'isso encontram-se alguns dos pequenos passaros vulgares n'esta provincia.

Bastantes vezes se manifestam numerosos enxames de moscas e mosquitos que atormentam os gados; sendo comtudo de esperar que, com o augmento da população e cultura, se affugentem esses impertinentes animaezinhos, que se geram nos incultos matos, pantanos e rios que ficam juntos dos campos" (LIMA, 1842 : 63-4).

Também as observações de JOAQUIM JOSÉ PINTO BANEIRA, a respeito dos campos de Palmas, contemporâneas à sua ocupação, são de interesse para o entendimento da valorização dos recursos oferecidos pela vegetação campestre na implantação da sociedade campeira, como se depreende de trechos extraídos da "Notícia da descoberta do Campo de Palmas":

"Algun tempo depois que a expedição comandada pelo tenente coronel Diogo Pinto Azevedo Portugal, no dia 17 de julho de 1810 acampou em Guarapuava, começou a correr a notícia da existência de uns campos, a que davam nome de Palmas, de cuja situação porém nada se dizia, sendo que demoravam contíguos aos mesmos de Guarapuava, com o intervalo de um sertão, de pouco mais de tres léguas, pelo qual corre o rio Iguaçu, cuja vizinhança se desconhecia. O nome de Campos de Palmas veio talvez da abundância dos coqueiros butiás por elles espalhados" (PINTO BANDEIRA, 1851 : 385).

"O campo de Palmas é de uma configuração irregular; terá vinte léguas na sua maior extensão, e deseseis ou dezoito de largura; jaz ao sul de Guarapuava, e o centro d'elle fica na latitude do 26.^o. O seu solo é bastante alto, e desde ahí manam varios rios, que correm em todos os sentidos. Não tem este campo um grão de arêa, como succede em Guarapuava, sendo necessário, aos que d'ella precisam, procural-a no rio Iguaçu, ou embaixo da serra da Esperança. Tem mui bons pastos para a criação de gado cavallar, muar e ovelhum, e melhor para o vaccum: e mais de uma vez se viu o phenomeno de uma bezerra nascida no princípio de um verão, dar cria no fim do seguinte.

Freqentes pesquisas tem descoberto por ali pelas imediações alguns faxinaes, os quaes sendo queimados duas ou tres vezes, tornam-se campos limpos, e servem para o estabelecimento de fazendas de criar. Entre outros citaremos o mencionado Campo Erê, que já contém cinco fazendas de criar, e demora a sudoeste de Palmas, na distância de sete léguas" (Op. cit. : 390).

Com a efetiva ocupação dos Campos de Palmas, um novo caminho para o sul seria inaugurado, a "estrada missioneira", pois

"desde os primeiros anos da criação da Província do Paraná (1853), pensou-se na construção de uma estrada que ligasse os campos de Palmas até Corrientes na Argentina. Esta estrada significava uma ligação mais curta, portanto mais econômica, entre as regiões argentinas criadoras de muares com os centros consumidores brasileiros. De Corrientes, Missiones, Entre-Rios, etc., é que saíam as bestas que afluíam à feira de Sorocaba. Estes animais entravam em território brasileiro atravessando o rio Uruguai, principalmente nos passos de Santa Maria e São Borja. Invernavam em Passo Fundo e Cruz Alta. Calcula-se que esta invernção custava no mínimo 10 mil réis per capita. Em seguida passavam para o Paraná e descansavam nos Campos Gerais desta Província, deslocando-se no ano seguinte para a feira de Sorocaba, com um recargo de mais 14\$000 por animal.

Estes animais realizavam, desde a região do criatório até o seu emprego na lavoura cafeeira brasileira, um percurso de aproximadamente 200 léguas, isto é, 1200 km. Este trajeto levava, para ser percorrido, em torno de dois anos" (WACHOWICZ, 1985 : 33).

A utilização da estrada das missões abreviava consideravelmente o trajeto acima descrito, em cerca de 60 léguas e

"a nova rota começou rapidamente a atrair os tropeiros que conduziam o gado bovino e muar, da região das Missões do Rio Grande à feira paulista de Sorocaba, via Guarapuava. O trecho Guarapuava-Goyo En (rio Uruguai) passou a ser conhecido como estrada das Missões. Acontece porém que, para encurtar o trajeto em direção a Guarapuava, a estrada das Missões teve que desviar da localidade de Palmas cerca de 37 quilômetros em direção ao poente, ficando a nova povoação fora do trajeto". (Op. cit. : 53).

Ainda nos informa o historiador RUY C. WACHOWICZ que a localidade de Palmas deveria ser transferida para junto da nova estrada, tal não acontecendo, entretanto, por ingerência dos fazendeiros da região, o que não impediu o atraso material em que vivia. No local para onde deveria ser transferida a vila de Palmas, um pequeno núcleo começou a se desenvolver, em torno de alguns currais e precárias casas comerciais, localidade já conhecida em 1870 como Boa Vista e em 1884 como Bela Vista de Palmas e que também chegou a ser conhecida como Palmas de Baixo ou Palmas do Sul. Atualmente, no lugar, encontra-se a cidade de Clevelândia.

Alguns aspectos da ocupação dos campos do Terceiro Planalto e da vida de seus habitantes, nos primórdios de sua história, também nos são passados por WACHOWICZ (Op. cit. : 62).

“A ocupação processada dentro de um caráter de arquipélago, em verdadeiros saltos ocupacionais, não se processou na forma de um avanço sistemático de uma frente colonizadora. De Curitiba a Guarapuava imensas regiões foram deixadas despovoadas. O mesmo ocorreu de Guarapuava a Palmas e Passo do Goyo En. Dava-se preferência aos campos em detrimento das regiões cobertas por matas.

O surgimento de uma oligarquia campeira, baseada no domínio dos campos. A consolidação da oligarquia campeira deu-se primeiramente em função da primazia cronológica da chegada. Este patriciado atuou de forma centrífuga. A parte urbana foi relegada para favorecimento dos domínios, onde inclusive as famílias patriarcais fixavam residência. Desta forma, Palmas teve dificuldades de crescimento, e, historicamente, a parte urbana atuou como apêndice do campo, na região”.

Assim, em meados do século XIX, estavam ocupadas as áreas campestres do Brasil Meridional, o que se constituiu, para a política imperialista de Portugal, e depois para a do Brasil, em grande oportunidade para a expansão e consolidação de seus territórios para oeste das linhas demarcatórias estabelecidas pelos diversos tratados de limites com a Espanha. Tudo isso com poucos gastos para o Erário, que concedia, aos empreendedores desta tarefa colonizadora, amplas sesmarias a serem exploradas.

Com a instalação da sociedade campeira, novos tipos de relações sociais e de produção se estabeleciam no Brasil Meridional, originando uma sociedade rural apoiada no latifúndio, donde retirava a fonte de seu poder econômico e político, através da exploração dos recursos da natureza, sendo que

“o elemento fundamental da expansão e fixação das populações foi a fazenda de criação de gado como instrumento, a família como agente social, as regiões de campos naturais como espaço geográfico e a escravidão como sistema de trabalho” (BALHANA, PINHEIRO MACHADO e WESTPHALLEN, 1969 : 86).

A sociedade campeira do Terceiro Planalto foi a reprodução daquela que se instalara anteriormente nos Campos Gerais, podendo mesmo ser considerada como sendo sua extensão, sendo que os

“Moradores pobres dos Campos Gerais se mudaram para Guarapuava, com toda sua família, e receberam pequenas porções de terra ao redor da vila. Mas os grandes fazendeiros dos Campos Gerais obtiveram grandes extensões de campo, levaram seus ‘animais aos montões’, mas continuaram suas residências nos Campos Gerais, passando por ano uns dois meses em Guarapuava, para verificar suas criações soltas na imensa campina, ‘onde não fizeram outro benefício algum, nem currais nem lavouras, nem casas de vivenda’” (Op. cit. : 83).

O próprio desenvolvimento das fazendas de criar, no Terceiro Planalto, onde as pastagens nativas eram de melhor qualidade que aquelas dos Campos Gerais, provocou a transferência de parcelas de representantes da classe dominante, como se infere do texto abaixo:

“Encasteladas em seus campos, as famílias fazendeiras criaram uma economia quase autárquica, acentuaram as relações patriarcais, lutaram sozinhas contra os bugres que invadiam suas terras e queimavam seus paióis”. (Op. cit. : 88).

Entretanto é importante apontar que no momento da consolidação da sociedade campeira nos campos do Terceiro Planalto, esta mesma passava por um processo de profundas alterações estruturais, pois a intensificação do fluxo das tropas do sul tornava seu comércio mais rendoso que a criação, assim como era mais vantajosa a atividade de invernagem daquelas tropas. Por outro lado, a criação de muares fora proibida, por Decreto Imperial, ao norte do rio Iguaçu, como instrumento protecionista à única fonte de renda dos estancieiros gaúchos. Conseqüentemente,

“O criatório foi se reduzindo nos campos paranaenses, à medida em que aumentava um novo uso da propriedade. ‘Uma parte dos novos campos é destinada a invernar as tropas de bestas soltas, que forma o principal negócio da Província’ – informava um fazendeiro ao Presidente, em 1860, e outro calculava que nos Campos Gerais invernavam por ano, permanentemente, ‘30.000 cabeças da raça muar destinadas à feira de Sorocaba” (Op. cit. : 97).

A tendência geral, nos meados do século XIX, era a transformação do fazendeiro em tropeiro, deixando a atividade de criador para a de comerciante. Esta transformação verificou-se com maior impacto nos Campos Gerais, ao longo das rotas mais antigas. Os campos de Guarapuava e os de Palmas, por estarem por demais afastados para oeste, não tinham condições de oferecer uma invernagem satisfatória, mesmo para o gado que vinha pela recém aberta estrada das Missões, apesar do desejo dos fazendeiros, que

“passaram, . . . a reservar cada vez maior número de invernadas em suas fazendas, para arrendá-las aos tropeiros. Era uma renda mais fácil do que a criação do gado. Mesmo o gado vacum, originário de Guarapuava, e remetido em tropas para São Paulo, por causa das longas distâncias, deveria ser invernado nos Campos Gerais”. (Op. cit. : 97).

Desse modo, as transformações que atingiam a sociedade campeira, se faziam com maior intensidade nos Campos Gerais, a área ideal para as invernagens.

A outrora auto-suficiente fazenda, estruturada para produzir seus próprios bens de consumo, com base na mão-de-obra escrava, viu-se forçada a promover as mudanças que se impunham, pois

"alterada cada vez mais acentuadamente a finalidade de uso da propriedade pela diminuição dos trabalhos de criação, as famílias fazendeiras passaram a residir nas cidades, ao mesmo tempo em que se ampliava a economia monetária, se firmava a supremacia comercial das cidades sobre a antiga economia auto-suficiente das fazendas e diminuía o número de escravos" (Op. cit. : 98).

Por outro lado, a notável expansão da economia cafeeira em São Paulo, já na segunda metade do século XIX, estava a exigir farta mão-de-obra, passando o Paraná, especialmente as zonas pastoris, à condição de grande fornecedores desta:

"Em 1865, firmas paulistas compravam ou arrendavam escravos do Paraná para os cafezais paulistas e, em 1867, o impôsto que a Província arrecadava sobre os escravos saídos para São Paulo, era quase igual ao impôsto sobre animais" (Op. cit. : 98).

"A desagregação da sociedade campeira ocasionou, de um lado, a evasão da força de trabalho representada pelos escravos, vendidos em grande parte no mercado interno, e de outro, a entrada de novos contingentes populacionais, representados pelos imigrantes" (Op. cit. : 127).

Enquanto se ocupavam os campos, através da expansão da economia pecuária, as florestas marginais exerciam importante apoio e, mais além, chegou a suportar, concomitantemente, outra atividade quase que exclusivamente para atender ao mercado externo, a coleta da erva-mate. Nos capões e matas marginais se praticava a agricultura de subsistência e se abrigava o gado durante o inverno, onde este encontrava gramíneas e ervas sempre verdes e tenras, além de que

"o povoamento da mata de araucária se fez a partir dos campos, sem solução de continuidade. Desde o início as fazendas preferiram para suas sedes os contactos entre o campo e a mata que se insinuia pelos vales. . ." (BARTHELMESS, A. 1962 : 48).

Desta forma, foram duas as principais atividades que moviam a economia paranaense durante a fase provincial, iniciada no ano de 1853, o tropeirismo e a exploração da erva-mate, que eram

"negócios rendosos e fáceis (pois a erva-mate é nativa e não exige cultura e o comércio de animais, embora exigisse capital, propiciava rendas com o simples arrendamento dos campos para os períodos de invernagem) — encerram dentro de seus quadros de atividades, a maioria da população, que abandonava cada vez mais os trabalhos da agricultura. E a medida em que isso acontecia, ia se agravando a endêmica crise de abastecimento" (BALHANA, PINHEIRO MACHADO e WESTPHALEN, 1969 : 130).

“Por outro lado, nas áreas de campos, o comércio de muares, apoiado nas fazendas de criação de gado, atraía outra grande parte da população nas várias camadas sociais. Dizia o Relatório de 1860, de José Matos Ferreira de Abreu, sobre o estado da agricultura no país e na Província do Paraná: ‘a criação de gado é a paixão dominante. O habitante do campo rota a terra o menos que pode, e como meio para alimentar e desenvolver sua indústria predileta, na qual emprega toda sua atividade e tempo; o serviço agrícola para ele é imposição da necessidade, uma precisão que não pode evitar; fa-lo forçado, sem dedicação nem prazer e considera, de ordinário, como um desvio da indústria para que nasceu, para que tem queda e que ele julga mais belo e nobre. . .’ (Op. cit. : 132).

Voltamos a lembrar que a efetiva ocupação dos campos de Guarapuava e de Palmas deu-se na fase em que a sociedade campeira paranaense, como um todo, passava por intensas transformações estruturais, com o eixo de suas atividades deslocando-se da criação de bovinos para o mais rendoso negócio de tropas e para a extração da erva-mate. As fazendas que se implantavam nos campos de Palmas já não primavam pela auto-suficiência que caracterizava aquelas dos Campos Gerais, no início do século XIX, além de que a mão-de-obra escrava estava escassa e onerosa. Desta feita,

“os fazendeiros de Palmas e/ou Clevelândia não providenciaram o planejamento do abastecimento de produtos agrícolas. O feijão e o milho, únicos produtos cultivados pela incipiente agricultura regional, vinham do vale do Itatim, a mais de 60 km de Palmas e dos Distritos de Chopim (ex-colônia militar) e de Mangueirinha. Nestas circunstâncias a vida em Palmas vai se tornando muito cara” (WACHOWICZ, 1985 : 65).

A escassez era geral e não se restringia a apenas aos gêneros alimentícios, atingindo também os materiais de construção e os bens manufaturados, enquanto os núcleos urbanos menos freqüentados pelos tropeiros permaneciam acanhados, como Palmas, que no início do século XX

“era a mesma de antanho, com casas de madeira cobertas com taboinhas de pinheiro. Mas na indústria a situação era a mesma. No início da década de 20, havia em todo município de Palmas apenas três pequenas serrarias, uma pequena olaria de tijolos, uma fábrica de gazosa e um pequeno monjolo.

Este estado de coisas granjeou, para essa sociedade campeira, uma fama antipática de imobilismo e de verdadeira pasmaceira burguesa. Os fazendeiros quando interpelados pelo atraso em que se encontrava Palmas, sobretudo pela situação em que se encontrava a agricultura, respondiam que os campos de Palmas carecem de fertilidade e o caboclo não se presta à lida da agricultura”.
(Op. cit.: 66).

A atitude preconceituosa em relação à índole do caboclo brasileiro esconde a real situação que permeava as relações de trabalho no meio rural, no início do século

XX, quando este foi praticamente obrigado a substituir a mão-de-obra escrava, na condição de agregado, quase um servo medieval. Assim, aqueles que não haviam galgado lugares mais confortáveis na pirâmide social, pela via da posse da terra, bem sabiam que não ascenderiam socialmente pelo trabalho subjugado, necessariamente agregado às fazendas de criação e invernagem. Conseqüentemente, ou se metiam em tropas, para tentar uma vida junto ao comércio, ou penetravam nas matas para a coleta do mate, na tentativa de acumular algum capital para, posteriormente, também entrar no negócio de tropas, o mais rendoso do momento. O significado do contingente populacional de caboclos que viviam em posses espalhadas pelas matas e pinheirais tornar-se-á evidente durante a Guerra do Contestado, movimento reprimido militarmente no sentido de sua retirada da terra em benefício de empresas madeireiras internacionais.

A excessiva concentração de esforços nas atividades voltadas para a produção de bens exportáveis (mate e gado), impediu a montagem de alternativas válidas que fizessem frente às possíveis crises estruturais que porventura sobreviessem. É sabido que, mesmo no auge do tropeirismo e da exploração do mate, a balança comercial pendia negativamente para o Paraná, agravando-se sobremaneira no último quartel do século passado. Por outro lado, os capitais auferidos com o tropeirismo não foram suficientemente reinvestidos na própria atividade, ocasionando uma geral perda de produtividade dos rebanhos. Pastagens empobrecidas por décadas de pastoreio predatório e raças degeneradas já eram apontadas como importantes causas que conduziam ao declínio da competitividade do produto, conforme se verifica no Relatório do Presidente da Província, em 1886.

“ A província de São Paulo, que de muitos anos tem oferecido os únicos mercados consumidores para nossas boiadas, muito há desenvolvido e melhorado a criação de gado em seu próprio território. Calculado pela diminuição que nestes últimos anos tem sofrido a nossa exportação, pode-se aventurar que aquela Província, dentro de pouco tempo deixará de ser tributária da nossa nesse ramo de comércio. . .

Sinto confessar aqui a inferioridade de nosso gado para poder competir com outro importado no mercado do Rio de Janeiro” (apud BALHANA, PINHEIRO MACHADO e WESTPHALEN, 1969 : 153).

A inferior qualidade dos rebanhos paranaenses é reconhecida mesmo no interior de suas próprias fronteiras, quando

“uma boiada vinda de Apiaí (São Paulo), alcançou em Curitiba o preço de 40 mil réis por cabeça, sem refugo, ao passo que os bois vindos de Palmas, Guarapuava e Castro, apenas tem conseguido, com dificuldade, 24 a 32 mil réis” (Idem, apud Op. cit. : 153).

A degradação da atividade adentra o século XX, conduzindo à degradação da sociedade campeira, pelo desmantelamento da estrutura da atividade que a embasava, conforme anotado em 1904, pelo Dr. JAVERT MADUREIRA (Apud Op. cit. : 154):

“ A indústria pecuária está em decadência. É visível o aumento do consumo no Estado e a fraqueza da produção. . . o gado produzido em nossos campos não satisfaz, desde já, o abastecimento da população do Es-

tado... O número de gado tem diminuído em nossos campos, não só pela fraqueza destes, devido às queimas anuais e necessárias, trazendo a degeneração da raça... só a qualidade do produto poderia compensar o desfalque sofrido; mas em pastagens exaustas de fosfatos, de azoto e hidrocarbonetos, é impossível a reorganização de produtos que caracterizam pelo peso e pelo leite”.

Ainda os historiadores BALHANA, PINHEIRO MACHADO e WESTPHALLEN (Op. cit. : 154) lançam algumas luzes a respeito do crepúsculo da sociedade campeira:

“ A fazenda, com as estruturas que sobre ela se criaram, não cumpriam mais a função de integrar uma comunidade no conjunto nacional, e logo depois, nem de manter as grandes famílias enobrecidas dentro do contexto social da Província e do Estado. Forçosamente, portanto, esta estrutura se desagregaria.

A baixa renda gerada pela propriedade, o aumento dos núcleos familiares da sociedade fazendeira, ao mesmo tempo em que chegava ao capítulo final da ocupação das terras de campo, várias situações pressionavam sobre o sistema pelo qual aqueles núcleos familiares viviam agregados na grande família fazendeira apoiada, de fato, num mesmo patrimônio indiviso. Como uma resultante de todas essas situações, dissociou-se a família da propriedade. Os membros novos da grande família se viam forçados a procurar outras fontes de renda, ao menos suplementar, diferente da renda da terra. Segue-se a dispersão da família fazendeira. O processo de desestruturação do patrimonialismo da grande família fazendeira é acompanhado de tensões que seguem a decadência da velha classe em face das classes novas em ascensão, como, por exemplo, a dos imigrantes”.

Assim, apesar do declínio da atividade tropeirista, estavam ocupados os campos de Guarapuava e de Palmas, em cuja paisagem ficara a marca do aproveitamento dos campos nativos e das matas periféricas, então mostrando os evidentes sinais da decadência da sociedade campeira, particularmente nos espaços ocupados com a pecuária.

Mesmo durante o fastígio do tropeirismo, a coleta da erva-mate atrairia a atenção das populações menos privilegiadas, que se embrenhavam nas matas para realizá-la. Aos poucos esta atividade vai se organizando e vem a ser, no final do século XIX e em boa parte do presente, o sustentáculo da economia regional, ainda estruturada para o fornecimento de bens primários para o exterior de seu território.

Embora a produção da erva-mate, chegasse a representar cerca de 85% da pauta de exportações do Estado do Paraná, no início do século atual, (PADIS, 1981) pouco significava a nível nacional, sendo que as maiores atenções do governo central se voltavam para a economia cafeeira, ainda restrita à região Sudeste. Além disso, em se tratando de um produto extrativo, cuja coleta e processamento se faziam em moldes extremamente rudimentares, gerava um produto de mais baixa qualidade. Mesmo suas possibilidades comerciais eram limitadas, pois os mercados consumidores estavam restritos aos países do Prata e, com a auto-suficiência alcançada pela Argentina, em 1930, a exploração do mate paranaense se vê à míngua.

No momento da maior significância da atividade ervateira, a coleta do *ilex* era feita pelos caboclos, quando agregados aos grandes proprietários ou mesmo quando dispersos pelas terras devolutas. Porém o imigrante europeu também contribuiu grandemente para sua produção, principalmente ao longo da Estrada de Ferro São Paulo — Rio Grande, através da exploração dos ervais nativos das matas do Segundo Planalto, adjacentes à cuesta da Serra da Esperança. Na opinião de ARTHUR BAR-THELMESS (1962 : 51),

“o desenvolvimento da economia do mate dependeu do povoamento do Paraná Velho, ou mais exatamente da mata de araucária, mas houve, além disto, um fator específico que veio a precipitar a evolução do problema: foi o advento de novos e mais eficientes meios de transporte. A melhoria relativa das estradas a partir de 1870 e a introdução do carroção eslavo modificaram as condições de circulação para a costa, refletindo num notável incremento da exportação, que ainda mais se acentuou com a inauguração, nos últimos anos do Império, da Estrada de Ferro Curitiba — Paranaguá.

Os carroções que dominaram por meio século as estradas do interior do Paraná tiveram o seu uso introduzido por elementos do grupo étnico germânico do Volga. Eram grandes carros de quatro rodas, puxados por 8 ou 10 cavalos e cobertos por uma tolda de forma hemisférica achatada, sustentada por meio de uma armação flexível de finas ripas de madeira de timbó. Traziam até 1.500 kg de carga útil, seguramente protegida contra a intempérie e propiciavam ao carroceiro um abrigo com grau de razoável conforto e um ambiente que tinha algo de doméstico”.

A industrialização final e a comercialização com os centros importadores do mate estava em poder dos antigos comerciantes situados em Paranaguá e Curitiba, onde ficava retida a parte mais polpuda dos capitais auferidos com esta atividade, sendo que

“o mate chegou a formar uma classe média, no interior, constituída em grande parte pelos alemães do Volga e seus descendentes, que, começando pelo transporte, conseguiram tomar em suas mãos o controle do comércio do mate bruto (erva cancheada), embora nunca chegassem a participar da fase industrial posterior, de beneficiamento final, nem tão pouco do comércio exportador, que continuaram nas mãos da velha aristocracia paranaense.

A classe média ervateira foi a única que se fixou na região produtora, liderando até hoje a vida social e política local, pois as fortunas da exportação se acumularam em Curitiba e, quiçá, em Buenos Aires, enquanto, por outro lado, a mão-de-obra empreiteira da extração no erval, em geral cabocla, sempre foi instável e flutuante” (Op. cit. : 52).

A exploração ervateira, além de não trazer capitais importantes para as zonas produtoras, em pouco contribuiu para o desenvolvimento de uma infra-estrutura estável, a não ser pela melhoria dos antigos caminhos de tropas, por onde passaram a transitar os carroções eslavos, que exigiam um serviço permanente de manutenção das estradas, pois suas rodas de ferro provocavam profundas cicatrizes nos seus leitos.

Quanto à população diretamente envolvida na coleta da erva, esta era itinerante, não se fixando nas cidades, mas sim vivendo em comunidades seminômades, trabalhando por empreitada na poda do *ilex*, pouco contribuindo para a organização de uma sociedade em condições de se adaptar às instáveis exigências da economia de mercado à qual o Paraná, apenas subsidiária e perifericamente, conseguia fazer parte.

Entretanto, em seu trabalho a respeito da história econômica do mate no Brasil, LINHARES (1969 : 194-5), emite opinião mais favorável quanto ao papel da exploração da erva-mate no Paraná:

“ Por mais paradoxal que pareça, ela (a erva-mate) encerrava muitas qualidades de fixação, tornando os homens que labutavam nos ervais sempre fiéis à terra.

Ele foi (o mate), sem dúvida, o grande argumento de todas as realizações empreendidas desde os tempos em que o Paraná era a Quinta Comarca de São Paulo: as estradas de rodagem, as estradas de ferro, a navegação fluvial, a colonização, a fundação de cidades, melhor representação política, a fortuna das principais famílias paranaenses, o aparecimento de indústrias complementares, como a da madeira, fornecendo barricas e caixas para o seu acondicionamento, em lugar dos velhos surrões de couro, que também haviam propiciado estável fonte de renda aos antigos criadores de gado”.

A análise acima citada demonstra uma maneira de interpretar o papel da exploração da erva-mate sob a ótica do capital, preocupando-se com aqueles benefícios conseguidos pela classe dominante e desconhecendo questões decorrentes da agressão ambiental provocada pela exploração desenfreada aos ervais nativos e, muito menos, aquelas relativas à exploração da mão-de-obra daqueles que eram obrigados a realizar o trabalho mais duro, os ervateiros.

A mão-de-obra empregada na extração da erva-mate, com o declínio de sua exploração, passou, pelo menos parcialmente, a ser utilizada na atividade madeireira que dinamizou a região dos campos do Terceiro Planalto a partir da segunda metade da década de 1940, quando o emprego do caminhão foi intensificado como o principal meio de transporte de cargas pesadas. Entretanto, também esta atividade, realizada da forma mais predatória que se possa imaginar, não trouxe benefícios à vasta área florestal, principalmente em torno dos campos de Guarapuava.

Embora a cidade de Guarapuava em muito se beneficiasse, em tempos mais recentes, com a implantação de um parque industrial voltado para o beneficiamento e transformação da madeira, temos a impressão de que a economia madeireira veio continuar, e mesmo ampliar, o processo de predação do ambiente natural e de desvalorização do trabalhador, anteriormente iniciado com a exploração do mate. A propósito apresentamos as observações de BARTHELMESS, A. (1962 : 53):

“ A indústria do pinho reorganizou a região absorvendo a mão-de-obra excedente do mate que acabava de ser abandonada por força de uma de suas maiores ‘crises’, motivada pela política autárquica argentina.

A serraria forma uma concentração populacional própria, chegando a cercar-se de dezenas ou mesmo centenas de casas para operários, todas de um só tipo, que dão ao conjunto um aspecto de padronização acentuadamente monótono.

Esses núcleos com armazéns, clubes, farmácia, tudo pertencente à empresa, são abastecidos diretamente pelos mercados atacadistas metropolitanos, onde a empresa tem sua sede, à inteira revelia do comércio das pequenas cidades regionais. A serraria não se integra à região, permanece como um corpo estranho, até o dia em que, esgotada a floresta, é transferida para outras paragens, levando tudo consigo, inclusive as casas dos operários.

Foi a política dirigista do governo, conferindo privilégios, através do Instituto Nacional do Pinho, que desviou a indústria madeireira de seu destino regional. A classe média rural, proprietária dos pinhais não pôde, face ao obstáculo legal representado pelo chamado critério da tradição, empreender ela própria a industrialização da madeira, que poderia ter assegurado a consolidação econômica, em amplas bases, dessa área do Estado. O que aconteceu foi, em certo sentido, o fenômeno oposto: os grupos serradores, detentores do monopólio das cotas de exportação, acabaram adquirindo os pinheiros, sem adquirir a terra, ou quando tinham que adquiri-la logo a revendiam após a retirada do pinhal.

Fica assim realizado o divórcio entre a riqueza florestal e o solo em que a mesma se acha arraigada, condicionando no serrador a disposição da devastação incontida e tornando-o infenso a qualquer esforço em prol do reflorestamento, de cuja obrigação, aliás, o mesmo Instituto o absolve, mediante o pagamento de uma taxa de reflorestamento.

A venda do pinheiro em pé deixa na região uma renda insignificante, já que os grupos fazem as reservas de pinhal com grande antecedência, realizando as aquisições quando as áreas ainda não estão beneficiadas pela valorização.

A serraria deixa atrás de si a região devastada, privada de seu patrimônio florestal, sem que tenha construído nada de definitivo e que pudesse fixar duradouramente as populações ou estabilizar sua economia".

Como consequência das principais atividades instaladas nos campos do Terceiro Planalto e nos espaços periféricos florestados, ao longo da história de sua ocupação, a paisagem regional viu-se, por volta da década de 1950, com os seus campos nativos divididos em grandes propriedades, praticamente improdutivos, ocupados com insignificantes rebanhos, ao lado de uma rede urbana extremamente concentradora, com destaque aos núcleos de Guarapuava e de Palmas, repetindo o modelo retratado por BALAN (1973):

"as regiões de pecuária não produziram um sistema urbano, mas deram lugar a grandes centros, atendendo a uma vasta área geográfica".

As heranças do sistema de produção da fase tropeirista, apoiado nos campos naturais, ainda hoje são visíveis nas paisagens planálticas, particularmente nos campos de Palmas, onde restrições de ordem morfopedológicas ainda são importantes para o desenvolvimento da agricultura mecanizada e, em estudo recente a respeito das transformações das características regionais do Estado do Paraná, elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (PARANÁ., IPARDES, 1983), notamos a seguinte interpretação econômica para a concentração urbana nas zonas pecuaristas do Paraná:

" Nas regiões do Paraná Tradicional, onde predominou a pecuária de caráter extensivo, que não asseguraram rendimentos adicionais provenientes de investimentos, com incorporação de mão-de-obra quase nula e com baixa densidade populacional, originou um mercado estreito. Assim, o surgimento de um sistema urbano não foi possível, havendo, porém, o aparecimento de centros urbanos como Guarapuava e Ponta Grossa" (Op. cit. : 41).

" No Paraná Tradicional ocupado com a pecuária, gerando uma densidade populacional muito baixa e onde não existe comercialização de produtos agrícolas, ou essa é apenas circunstancial, as atividades ligadas ao transporte de produtos agrícolas e às operações de compra e venda se restringiam à pequenas operações isoladas. A baixa densidade populacional não criou um mercado que sustentasse uma atividade comercial diversificada, havendo, conseqüentemente, necessidade de centros comerciais para canalizar a produção de uma extensa área geográfica.

O cultivo de subsistência associado não assegurava, também, um processo de urbanização mais intenso, uma vez que suas operações comerciais eram pouco dinâmicas e a demanda por bens e serviços, dada a sua rarefação, exigia que os centros urbanos atingissem áreas mais amplas. A redução do número de centros e a não-diferenciação interna entre eles, impossibilitava a constituição de uma rede urbana integrada e hierarquizada, nos moldes norte-paranaense, onde a ocupação ocorria mediante a incorporação de mão-de-obra e estava assentada na produção agrícola para a comercialização" (Op. cit. : 51).

Assim, se o sistema tropeirista não fôra capaz de produzir uma rede urbana hierarquicamente estruturada, a atividade que paralelamente a ela se desenvolvia, a extração da erva-mate, também não, pois dadas as características do sistema extrativo, este não fixava a maior parte da mão-de-obra empregada. Muito menos poder-se-ia afirmar em relação ao sistema de produção que se seguiria, nas áreas florestadas ao redor dos campos do Terceiro Planalto, a exploração da madeira.

A atividade madeireira no Terceiro Planalto Paranaense foi estudada por LUZ (1981 : 214-5), que também aborda a influência desta no processo da urbanização, como se segue.

" Guarapuava, embora encontrando na madeira seu maior fator de expansão, o maior número de firmas madeireiras ali encontradas são oriundas de outras regiões, carreando os lucros obtidos com a produção da madeira, para as cidades-sede das firmas e, naturalmente, também para Ponta Grossa, face a comercialização ali realizada. Este fator apresenta-se desestimulante de maior progresso urbano, dado também que as indústrias madeireiras ali instaladas se concentram na zona rural mais próxima da periferia".

A sociedade campeira expandiu-se para os campos do Terceiro Planalto, expulsou os nativos e aí se implantou, construindo cidades mal arrumadas e precários caminhos para o deslocamento das tropas. Os excedentes populacionais que não tiveram a oportunidade de participar diretamente da economia tropeirista abrigou-se na

orla florestada que margeia os campos e passaram a praticar uma pequena agricultura e, mais ativamente, a extração da erva-mate, sempre em condições de trabalho muito precárias, situação que acaba por piorar quando da fase da extração madeireira.

Permaneceram os campos nativos praticamente intocados até o início da década de cinquenta, habitados por escassos rebanhos e dominados pelos remanescentes da decadente sociedade tradicional campeira. Paralelamente, ocorria um grande esforço, por parte do Estado, em promover a ocupação dos espaços florestados ao redor dos campos, voltados para a produção de alimentos. É a colonização dirigida, com a tentativa da fixação de populações de origem européia, com tradição agrícola, que em muito contribuiriam para a reestruturação das paisagens dos campos do Terceiro Planalto e seus arredores.

Objetivando ilustrar com maior fidelidade a situação em que se encontrava a organização espacial na região de Palmas e Guarapuava, invocamos o testemunho de viajantes com formação geográfica que com maior ou menor realismo e capacidade analítica nos deixam registradas suas impressões, as quais julgamos oportuno reproduzir.

O estado de coisas encontrado por LIMA FIGUEIREDO, em meados da década de 30, nos campos de Guarapuava, é assim narrado:

"O pasto que impéra é a 'barba de bode'. O belo 'arisona' paranaense apresenta a coloração verde palha e é salpicado aqui, ali e além por frondosos capões de um verde-escuro que dão uma nota alegre ao espectador que contempla a paisagem. Verdadeiras dádivas do Creador, são estes capões, onde os animais vão em procura da água; os cavalos refugiam-se do rigôr dos raios solares e os vacuns, nos dias de tormenta e aguaceiro, encontram neles um abrigo.

Ao lado dos lindos capões, geralmente se erguem as casas das fazendas.

Os campos de Guarapuava apresentam uma área de cerca de 14.060 km² e apesar disto não encontramos muito gado na região percorrida.

Indaguei e soube que outróra os campos eram habitados mui densamente pelo gado franqueiro, que é muito manso e leiteiro, apresentando, porém, pouca carne.

Com a abolição da escravatura os braços escassearam e o gado ficou no campo sem trato. Uma companhia frigorífica resolveu adquirir quasi todo gado existente, matando-o sem regra.

A última pá de cal na pecuária do município foi a revolução de 1924 e 1925. Hodiernamente os campos se acham infestados de ervas daninhas e os fazendeiros, nas proximidades de suas fazendas, criam pequena quantidade de cabeças de gado procurando melhorar o tipo cruzando-o com o zebú" (LIMA FIGUEIREDO, 1937 : 85 - 7).

Um grupo de geógrafos do antigo Conselho Nacional de Geografia, liderado pelo Prof. Francis Ruellan, percorreu o planalto de Guarapuava em meados dos anos quarenta e, em seus relatos, registrou o final do período de estagnação, no porvir da segunda metade do século XX, quando principiou a modernização da tecnologia agrícola na área em estudo.

Em primeiro lugar, o relato de GEIGER (1945 : 1933-4), como se segue.

“Guarapuava ocupa hoje a antiga posição de Ponta Grossa. Torna-se centro comercial e é centro de frente pioneira. Vêem-se aí produtos da lavoura das redondezas e da mata. É preciso notar que o abastecimento da zona rural por produtos manufaturados da cidade próxima também contribui para o progresso. Parece que os solos da Série Itararé e do Devoniano são os piores para a lavoura e na região de Ponta Grossa a lavoura não acompanhou o desenvolvimento da cidade. Em Guarapuava domina a criação com grandes fazendas e os empregados exploram os capões e têm pequenas culturas pessoais de feijão, mandioca, batatas e verduras. A criação foi ganhando incremento não só nos campos das grandes fazendas mas também nas pequenas propriedades agrícolas. Os cavalos também são criados em alta escala sendo as carroças puxadas por eles. A criação de porcos tem se desenvolvido muito e está associada à lavoura do milho, talvez a mais abundante.

Guarapuava fica no planalto que tem a terra roxa e a colonização em volta é promissora. Agora ela é orientada pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização, que procura colocar os colonos juntos, em lugares onde se possa ter facilidade de comunicação. Guarapuava está fixando lavoura em torno de si e seu comércio cresce, sendo ela, como já foi dito, centro de frente pioneira”.

As impressões de ELOÍSA DE CARVALHO também foram registradas e aqui trazemos alguns pontos que julgamos interessantes:

“Guarapuava é o maior centro comercial da zona centro-oeste do Paraná. Toda a produção dessa região do planalto, madeiras, gado bovino, cavalos e suínos, é drenada para Guarapuava. A cidade, situada nas elevações suaves do planalto, a 1.108 metros de altitude, foi fundada no início do século passado. Desde então, daí partiram os desbravadores do W. do Paraná. A colonização dessa região é atualmente dirigida pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização. As terras são vendidas tanto a estrangeiros como a brasileiros, desde que se comprometam a colonizá-las. O Departamento de Terras e Colonização reserva em cada colônia uma área para a construção da igreja, escola, etc. e um ou dois lotes de terra para campo experimental. A devastação de florestas sem o aproveitamento das terras para a agricultura é proibida, sendo a fiscalização feita por um corpo de guardas florestais.

Guarapuava não é servida por estrada de ferro. A estrada de rodagem Curitiba-Foz do Iguaçu, que por aí passa, era antes da guerra muito freqüentada por automóveis dos fazendeiros da região. Atualmente, com a falta de gasolina, é apenas servida por uma linha de ônibus duas vezes por semana e transitada por carroças cobertas de tóldo, típicas do colono paranaense.

De Guarapuava para Laranjeiras atravessa-se três zonas distintas do planalto meridional paranaense, constituídas de rochas eruptivas porfíricas diabases ou basaltos. A primeira zona é a dos campos de Guarapuava, antigos campos de Guairá (nome da tribo que aí habitava), onde se vêem samambaias e capões isolados dominados por araucárias. O relevo é leve-

mente ondulado e os rios afluentes do Jordão, têm vales largos e encostas suaves. Esta zona estende-se até Lagoa Seca, onde se inicia a segunda zona — a zona das florestas de Cantagalo, que está sendo fortemente dissecada pelo rio Cavernoso e seus afluentes. Estes aí cavaram vales profundos de encostas abruptas. São separados por espigões que oscilam entre 850 e 870 metros de altitude. A floresta adensa-se à medida que se desce as encostas e mostra-se rala nos espigões. Não só a vegetação e o aspecto físico diferenciam estas duas zonas, mas também as atividades humanas. Na zona dos campos de Guarapuava a localização das fazendas não está condicionada pela estrada, como na da floresta de Cantagalo; aquela é a zona de criação, de grandes fazendas afastadas da estrada talvez por terem-na precedido e, essa, é zona madeireira, de pequenos sítios situados à margem da estrada.

A terceira zona inicia-se no divisor de águas dos afluentes do Cavernoso e do Xagú, onde reaparecem os campos. É a zona dos campos de Laranjeiras, diferentes dos de Guarapuava por possuírem vegetação mais desenvolvida e por estarem situados em altitude inferior.

Nos campos de Guarapuava, o principal meio de vida é, como já foi dito, a criação de gado: bovino, suíno e cavalar. Os fazendeiros são auxiliados por capatazes, de número variável, pagos à razão de 40, 50 ou 100 cruzeiros mensais. Não são geralmente interessados na criação, como em outras zonas criadoras do Brasil. Moram na fazenda, mas podem construir casa para a família num capão da fazenda, onde vão, entretando, só quando o patrão o permitir. Alguns fazendeiros desistem de criar e cedem suas terras a outros criadores e repartem o lucro obtido depois de dois ou três anos. Os campos são queimados anualmente para eliminar a barba de bode, mau pasto. Os grandes fazendeiros vendem o gado para os frigoríficos de Guarapuava e Ponta Grossa (cerca de 300 a 400 cabeças por ano) e os menores vendem, para o consumo das cidades vizinhas, 10 a 15 cabeças cada vez.

Depois de passar-se por algumas cabeceiras de rios e morros testemunhos, atinge-se novamente o nível do planalto onde se vêem matas ralas devastadas reaparecendo a seguir os campos, agora de Laranjeiras. Estes estão numa altitude bem mais baixa que os de Guarapuava e são menos limpos. Capim flexa, samambaias e vassouras são vistas em abundância. Com o reaparecimento dos campos, a criação de gado, principalmente suíno, torna-se novamente importante. Há também pequenas culturas de milho, feijão, arroz e batata. O povoamento iniciou-se em 1854, por paulistas. Os colonos são aí na maioria nacionais, havendo, porém estrangeiros, principalmente poloneses" (CARVALHO, 1945:1936-8).

Neste rápido resumo histórico procuramos mostrar as relações entre a organização da sociedade e a exploração dos recursos da natureza, em torno dos "ciclos econômicos" paranaenses. Cada qual privilegiou um produto principal para o setor exportador, objetivando a internalização de capitais para a região, necessários para a reprodução do próprio modelo social. Entretanto, nem sempre isso ocorre, pois o ciclo se exaure em si mesmo pelo esgotamento precoce do recurso explorado, ou é vencido pela concorrência de produto similar gerado em outra região.

Retornando às idéias iniciais, acreditamos que a organização espacial da área em estudo foi sendo elaborada em consonância com a estruturação da sociedade no Brasil Meridional e, mesmo após a autonomia provincial, a sociedade paranaense não conseguiu atingir um estágio mais avançado no processo da evolução do capitalismo, através de maior dinamismo industrial, ficando na condição de economia periférica, sendo que

“ Sua precária articulação e seu retardamento econômico, resultaram numa implantação industrial incipiente, cujo valor da produção, em 1919, equivalia a 3,4% do total nacional, menos, portanto, do que sua participação em 1907, que fora de 4,5%. Essas participações relativas no entanto, são enganosas, se considerarmos que grande parte dessa indústria estava no setor primário. Por exemplo, em 1907, do total de sua produção industrial, o beneficiamento da erva-mate compreendia 49%, as serrarias de madeira, 13% e suas 3 fábricas de fósforos, 21%, setores estes que perfaziam 83% do total. Não seria diferente sua estrutura em 1919” (CANO, 1983 : 108).

Por outro lado, a “periferização” da economia paranaense se fez em função da paulista, o pólo nacional de comando da organização dos espaços produtivos, mediando-os com os centros mundiais de consumo e de geração de tecnologia. Esta posição hegemônica não foi gratuita, pois

“ A expansão industrial de São Paulo se deu pelo dinamismo de sua própria economia e não, como se poderia pensar, pela apropriação líquida de recursos provenientes da “periferia nacional”. Se isto também ocorreu, certamente foi de menor expressão, pelo menos até 1930. A “periferia” perdeu o “jogo”, tanto pela sua débil integração ao comércio internacional quanto, e principalmente, por não ter desenvolvido relações capitalistas de produção mais avançadas e, por isso mesmo, não ter diversificado suficientemente sua estrutura econômica” (Op. cit. : 259).

As grandes e recentes transformações que ocorreram na organização espacial da área em estudo referem-se, basicamente, ao deslocamento do eixo produtivo das atividades extrativas florestais — notadamente a exploração madeireira, que esgota as principais reservas de pinho em torno da década de 60 — para a agricultura. Esta, embora se estruture no sentido de também explorar os recursos da natureza, progressivamente vai procurando maior eficiência e produtividade, como resultado de sua cada vez maior integração ao capitalismo financeiro, cuja penetração nas atividades do campo reflete-se, de imediato, na modernização de sua base técnica e, conseqüentemente, nos padrões de uso da terra e nas relações de trabalho.

A zona rural deixa de apenas alimentar as cidades da região com os seus excedentes não consumidos, para passar à condição de produtora de mercadorias interessantes ao processo de internalização de capital para o país, dentro de um sistema de articulação internacional, totalmente fora do controle dos trabalhadores e mesmo dos proprietários rurais.

Um novo “ciclo econômico” se esboça, na área em estudo, a partir da década de 50, o da agricultura comercial. Está apoiado na integração entre o capital fi-

nanceiro, a aplicação de tecnologia moderna através de mão-de-obra especializada e de determinadas condições ambientais, suficientes para a implementação das referidas tecnologias. Vamos, em seguida, tentar entender, com maior profundidade, os elementos sócio-econômicos que concorreram para a recente mudança da base produtiva na agricultura e, conseqüentemente, na atual organização espacial na região de Palmas e Guarapuava.

3 — AS BASES ECONÔMICAS E SOCIAIS DA ORGANIZAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO REGIONAL

As paisagens atuais refletem condições sociais e econômicas, em sua maioria diversas daquelas que existiam até o final da década de 1940. Apenas em alguns de seus espaços é que ainda encontramos paisagens que poderíamos considerar como relictuais dos primeiros tempos da ocupação e povoamento, a exemplo do que ocorre nos mais longínquos campos de Palmas, onde se pratica a pecuária semi-extensiva em campos nativos, num arremedo do sistema tradicional campeiro.

As recentes transformações na organização espacial verificadas na área em estudo, não ocorreram ao acaso e nem isoladamente, no quadro geral brasileiro. Entretanto, não podemos desconhecer a presença de ingredientes regionais que se juntam às grandes modificações da conjuntura social e econômica do País. Tais impedimentos, porém, nem de longe chegaram a abalar a estrutura de subordinação que sempre manteve a economia regional na periferia do capitalismo brasileiro. Diríamos mesmo que as raízes de uma sociedade tradicionalista, como a campeira — ainda detentora de poder político — afloraram no sentido de manter as antigas relações entre o capital e o trabalho, tendo sua prática servido de modelo para a classe que ascenderia ao poder durante o recente processo de transformação.

As mudanças ocorridas na aparência das paisagens regionais revelam, antes de mais nada, a mudança do produto condutor da economia regional, com a valorização da agricultura comercial em detrimento da pecuária extensiva e da extração dos recursos florestais. Isso não significa, necessariamente, que tenha havido uma substancial alteração estrutural da economia regional, que ainda continua voltada para a produção de matérias-primas para a exportação, embora a presença de novos contingentes populacionais tenha facilitado a implantação de novas relações de produção, baseadas na aplicação de moderna tecnologia e novas relações de trabalho.

Procuraremos aprofundar esta análise através da interpretação do processo recente de ocupação e uso da terra, com destaque à participação do imigrante e da introdução de novas culturas nas áreas de campo, tendo como pano de fundo a integração da região Centro-Sul do Estado do Paraná à moderna economia de mercado.

3.1. — Os novos povoadores

Os interesses regionais, durante o século passado, foram preponderantes para a definição da política migratória brasileira. De um lado, os cafeicultores necessitavam importar mão-de-obra para trabalho assalariado em suas lavouras, por outro, as províncias sulinas necessitavam produzir alimentos, pois o grosso de sua população empenhava-se no negócio de tropas e na coleta do mate. A edição da Lei Imperial N.º 601, de 18 de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras de 1850, foi uma vitória política da oligarquia paulista, pois visava dificultar a aquisição das terras devolutas por parte dos imigrantes recém-chegados, uma vez que passava a permitir o acesso

à terra apenas pela sua compra, obrigando-os

"à prática do aluguel de seu trabalho, e evidencia a vitória dos representantes dos grandes proprietários interessados na importação de mão-de-obra agrícola" (BALHANA, PINHEIRO MACHADO e WESTPHALEN, 1969 : 160).

Apesar da Lei de Terras de 1850 não conseguidas algumas facilidades para a implantação de colônias agrícolas fora da esfera da área de influência da cafeicultura paulista, pois uma séria crise de abastecimento alimentar também atingiu a região de Palmas e Guarapuava, por volta de 1860. A solução que se buscava estava na importação de colonos com tradição agrícola, de preferência europeus, prática que se generalizava nas demais províncias sulinas. Entretanto, o território paranaense foi mantido como uma espécie de tampão entre as áreas cafeeiras e as demais províncias sulinas, onde o sistema de ocupação da terra nos moldes coloniais caracterizado pelo fácil acesso à terra pelo imigrante, era mesmo incentivado. A constatação de CANO (1983 : 107), confirma esta característica:

"O processo de colonização e expansão paranaense foi fortemente influenciado pela expansão cafeeira de São Paulo. Com efeito, entre 1829 e 1934, o Paraná havia recebido apenas cerca de 116.000 imigrantes estrangeiros, número relativamente inexpressivo se comparado com a imigração ocorrida nos dois outros estados sulinos e, principalmente São Paulo".

Em 1829 foi instalada a colônia de Rio Negro, na atual divisa Paraná — Santa Catarina, para apoiar o movimento das tropas e dos tropeiros que trafegavam pela Estrada das Matas, como parte de um amplo programa de colonização, promovido pelo Governo Imperial, com o objetivo de atrair imigrantes alemães. A localização estratégica deste núcleo contribuiu para o seu relativo sucesso, uma vez que os colonos (cerca de 20 famílias) quase que de imediato, integraram-se ao nascente sistema tropeirista que então se firmava. Produziam os gêneros alimentícios tão necessários ao abastecimento das tropas.

A Colônia Thereza, iniciativa particular do médico francês Dr. Jean Maurice Faivre, com subvenção do Governo Imperial, instalou-se em 1847, às margens do rio Ivaí, em área de floresta tropical e distante 18 léguas ao norte de Guarapuava, com cerca de 87 imigrantes franceses. Após a morte do Dr. Faivre (1858) os colonos abandonaram a localidade, que ficou entregue aos caboclos e a alguns estrangeiros aculturados, os quais pouco faziam além de prover às suas próprias necessidades imediatas. Um visitante da Colônia Thereza, lá estando em 1873, assim se expressou em relação ao seu insucesso:

"A culpa, entretanto, não cabia toda ao povo. Uma colônia não pode ter oportunidade sem meios decentes de comunicação com o mundo exterior. Os atrozes caminhos de burro eram, no caso, os únicos meios de comunicação com o mundo exterior, mas não serviam para fins comerciais, pois qualquer lucro conseguido nos negócios seria absorvido pelas dificuldades decorrentes do transporte" (BIGG-WITHER, 1974 : 150).

Outras iniciativas coloniais que se deram pelos meados do século passado, nas matas do Açunguí e no litoral paranaense, além de enfrentarem as dificuldades inerentes à má administração e ao desconhecimento dos sistemas de produção possíveis em ambiente tropical, encontravam uma estrutura social que poucas oportunidades oferecia à integração e realização econômica.

O insucesso da Colônia Thereza e daquelas instaladas em áreas florestadas tornava o Paraná pouco atraente aos possíveis colonizadores. Foi para os arredores de Curitiba e para os Campos Gerais (Ponta Grossa, Palmeira e Lapa) que se dirigiram os principais contingentes migratórios entre 1860 e 1880. Assim, nos Campos Gerais foram instalados perto de três dezenas de núcleos coloniais constituídos de elementos germânicos provenientes da região do Volga, na Rússia.

O fracasso destas últimas instalações foi exaustivamente analisado por historiadores e geógrafos, com destaque para as obras de BALHANA e PINHEIRO MACHADO (1968); BALHANA, PINHEIRO MACHADO e WESTPHALEN (1969); BARTHELMESS, A. (1962) e WAIBEL (1979). Em função deste insucesso e da necessidade de mão-de-obra abundante para a construção da Estrada de Ferro São Paulo — Rio Grande, as autoridades redirecionaram o fluxo migratório para os espaços florestados e despovoados que separavam os campos do Segundo e do Terceiro Planalto através dos quais seria construída a referida ferrovia.

Em 1894-5 foram instalados, em torno do povoado de São João de Capanema, nas matas do Segundo Planalto, entre Ponta Grossa e Guarapuava, cerca de 17.000 colonos ucranianos, poloneses e alemães, constituindo a Colônia de Prudentópolis, com cerca de trinta núcleos agrícolas.

No final do século passado as terras campestres do Terceiro Planalto estavam efetivamente ocupadas pela sociedade tradicional campeira, assim como os seus espaços intersticiais, onde se coletava a erva-mate. Entretanto, as matas situadas a oeste dos campos estavam à mercê de invasões de argentinos e paraguaios, que nelas penetravam em freqüentes incursões, principalmente para a coleta da erva-mate e madeiras nobres, escoadas via fluvial em direção a Buenos Aires. A ocupação efetiva destas terras era uma necessidade estratégica para o Império Brasileiro, como ficara demonstrado durante a Guerra do Paraguai. Entretanto, utilizar colonos estrangeiros para tal empreitada não era interessante, do ponto de vista geopolítico, segundo os administradores da época. O bom senso indicou a instalação, em pontos estratégicos, de colônias militares, revivendo o papel do soldado-colono já desempenhado pelos açorianos, no século XVIII, a serviço da Coroa Portuguesa. Assim foram fundadas, na área de influência de Guarapuava, as Colônias de Chopim e Chapecó, em 1882 e a de Foz do Iguaçu, em 1889.

Com a entrada do novo século, a ocupação da porção sul do Terceiro Planalto Paranaense, com novos contingentes populacionais, continuou em ritmo lento, principalmente pelas péssimas condições das vias de transporte responsáveis pelo escoamento da produção. A situação ao sul do rio Iguaçu, no setor paranaense em torno do planalto de Palmas, era ainda mais desoladora. A Estrada de Ferro São Paulo Railway (São Paulo — Rio Grande) era detentora de grandes glebas e oferecia as terras para a colonização apenas após a retirada de toda a madeira-de-lei, retendo as áreas com maior concentração de ervais nativos. Os conflitos envolvendo a posse destas terras, entre os caboclos brasileiros aí já instalados e os representantes do capital (Estrada de Ferro São Paulo Railway, Lumber Company, caudilhos regionais e Exército Brasileiro), culminou com a Guerra do Contestado. Esta também contribuiu para afugentar os imigrantes estrangeiros. Mesmo assim, na área de União da Vitória, em

1892, são instalados colonos ucranianos e poloneses no caminho de Palmas (Município de General Carneiro).

ABREU (1986 : 106), aponta que

“ Já na terceira década do século XX o imenso território de Guaruapuava contava com apenas quatro colônias habitadas por colonos imigrantes:

- a) Senador Correia: com uma área de 17.000 ha e habitada por 2.047 poloneses, 753 brasileiros, 43 alemães, 8 sírios, 7 suecos, 15 franceses, 9 espanhóis, 2 holandeses, 2 italianos e 1 inglês;*
- b) Apucarana: com 15.000 ha e sua população formada por 860 poloneses, 228 brasileiros, 132 alemães, 43 austríacos, 12 franceses, 16 holandeses e 7 portugueses;*
- c) Coronel Ernesto Queiroz: situada no Amola Faca (Laranjeiras) e habitada por 80 famílias polonesas;*
- d) Murilo: fundada pelo Dr. Francisco Natel de Camargo e habitada por 20 famílias polonesas”.*

Por volta da década de 1930, as matas que envolvem os campos do Terceiro Planalto estavam ocupadas esparsamente com colonos estrangeiros ou brasileiros provenientes da tradicional sociedade campeira, que ainda detinha a posse e o uso dos campos, apesar do seu baixo rendimento econômico.

LEO WAIBEL, atento observador das paisagens rurais brasileiras, flagrou a seguinte situação, em relação à ocupação dos campos e matas do sul do Brasil, durante a segunda metade da década de 1940:

“ Nas áreas que eram outrora florestais, encontramos hoje em dia uma população de pequenos agricultores brancos, que juntamente com suas esposas e filhos têm lavrado a terra e estabelecido lares do tipo europeu. Nos campos vizinhos vive o fazendeiro, de origem luso-brasileira, que cria bovinos e cavalos em grandes propriedades e tem como empregados negros e mulatos, descendentes de antigos escravos. Com frequência, conservam um modo de vida quase medieval, de tipo feudal e aristocrático; consideram o colono laborioso como inferior, e são arrogantes e presunçosos nos seus contatos com ele. Assim, a mata e o campo são dois mundos inteiramente diferentes no sul do Brasil. São diferentes quanto às condições naturais, tanto quanto às econômicas, sociais e raciais” (WAIBEL, 1979 : 230-1).

A utilização agrícola dos campos ou das matas, no Paraná, durante longo tempo gerou muita polêmica entre as autoridades, estudiosos e os próprios agricultores, chegando mesmo a criar partidos. Alguns julgavam os solos florestados mais convenientes à colonização, pela fertilidade de seu solo e possibilidade do aproveitamento dos recursos florestais; outros, entretanto, preferiam os campos (já ocupados pela sociedade tradicional campeira) devido à salubridade de seu clima, topografia mais plana e a ausência do obstáculo representado pela própria floresta. É importante ressaltar

que esta controvérsia verificava-se à luz da tecnologia disponível no primeiro quartel do século XX.

O sucesso ou o fracasso da implantação de um núcleo colonial foi, por muito tempo, justificado segundo certas características do meio natural (sintetizadas pela presença da vegetação campestre ou florestal) o que estava bem de acordo com a maneira determinista de pensar e explicar a própria sociedade. O mesmo se aplica à insistência dos paranaenses, de então, em trazer colonos europeus com tradição agrícola, embora houvesse excedentes de mão-de-obra em outras áreas do território brasileiro. Estas contradições nos conduzem a considerar aquela polêmica como meramente acessória, em seu mérito, ao verdadeiro problema. Às questões estruturais da vida social e econômica brasileira e, em particular, paranaense, é que pode ser imputado o insucesso da maioria das iniciativas coloniais que se deram neste Estado.

Acreditamos que o empreendimento colonial tem amplas possibilidades de êxito, quando usufrui dos benefícios do sistema de exploração vigente no momento em que é implantado, produzindo bens para um mercado certo, com tecnologia apropriada e contando com um sistema de transporte eficiente para o escoamento da produção; tudo isso, é claro, com o respaldo de capital financeiro.

Assim, estas condições darão ao colono, em prazo relativamente curto, uma perspectiva de se tornar parte do sistema produtivo nacional, conseguindo acumular capital suficiente para a expansão de sua atividade. Estas conclusões derivam da observação do desenvolvimento das colônias implantadas no Paraná, desde o século passado e, mais particularmente, daquelas que se instalaram nas áreas planálticas do centro-sul do Estado.

As colônias situadas tanto nas áreas florestadas como nos campos, indistintamente, fracassaram quando não tiveram condições de participar da economia de mercado. Algumas desapareceram e outras subsistiram precariamente até que pudessem, em tempos mais recentes, se engajar mais ativamente na economia global. Entretanto, as interpretações ainda são distorcidas, como aquela apresentada por ABREU (1986 : 181), para o Município de Guarapuava:

“as migrações havidas antes da década de 1950, ainda que tenham feito crescer a produção agrícola não provocaram mudanças econômicas, porque os novos contingentes estabeleceram-se em regiões de matas. . .”

Também WAI BEL (1979) ao focar a questão do ângulo meramente cultural, condiciona o êxito ou o fracasso da colonização estrangeira no Sul do Brasil, à adoção de sistemas agrícolas inadequados, dando pouca atenção, em sua análise, ao tipo de inserção dos colonos no estágio sócio-político pelo qual passava o País.

O início da década de 1950 assiste a chegada de imigrantes europeus, os suábios do Danúbio, assentados diretamente nos campos de Guarapuava, constituindo-se em importante elemento na construção das paisagens atuais pois, com eles se inicia a efetiva ocupação agrícola dos campos. Entretanto, convém lembrar que esta ocupação, ao contrário de que as pessoas comumente afirmam na região, não ocorreu só por causa deles, uma vez que os Campos Gerais e os campos do Rio Grande do Sul também começaram a ser aproveitados nesta época.

Um conjunto de fatores concorreram para que esta ocupação obtivesse êxito, desde a desagregação da sociedade tradicional campeira, às inovações tecnológicas pelas quais passava a própria agricultura nacional. Entretanto, a presença dos suábios acelerou a penetração do capitalismo financeiro nas atividades agropecuárias regionais,

conforme verificou ABREU (1986).

Os suábios do Danúbio são descendentes dos germânicos, denominação genérica dada aos colonos provenientes da Suábia, Alsácia, Lorena, Baden, Hessen, Bavária e Palatinado, que se instalaram nas estepes e pântanos da margem esquerda do Médio Danúbio, nas regiões do Baranja, Banat e Batschka, durante o século XVIII. O Império Austro-Húngaro, interessado em fortalecer suas fronteiras com o Império Otomano, continuou incentivando este tipo de migração, ocupando também as regiões da Slawonia e da Sirmia. Com o desmoronamento do Império Austro-Húngaro, após a I Grande Guerra Mundial, os colonizadores, que mantinham a sua unida-lingüística e cultural de origem, passaram a fazer parte dos Estados independentes da Hungria, Iugoslávia e Romênia.

Dada a sua origem germânica muito próxima, apoiaram a expansão nazista e, por isso pagaram caro. Antes mesmo do término da II Grande Guerra Mundial fugiram em direção à Áustria e Alemanha, pois temiam represálias por parte dos nacionalistas, o que realmente aconteceu com aqueles que ficaram, principalmente na Iugoslávia, onde muitos foram expropriados de seus bens e fuzilados pela resistência vitoriosa *.

Refugiados e apátridas, buscaram o apoio da organização "Ajuda Suíça para Europa", que orientou o deslocamento de cerca de 500 famílias, entre os anos de 1951 e 1952, para os campos situados em Entre-Rios, a 25 km ao sul de Guarapuava, em

"área total de 22.000 hectares, adquirida, compreendendo aproximadamente 10.000 hectares de campo, portanto terrenos aráveis, e 12.000 hectares de florestas de araucárias ricas em madeiras úteis e com cerca de 70.000 árvores em condição de corte" (ELFES, 1971 : 46).

As facilidades financeiras concedidas pelo governo brasileiro aos Suábios e o apoio dado por parte dos organismos internacionais, minimizaram as dificuldades inerentes a este tipo de empreendimento, justamente no momento em que a política agrícola estimulava a auto-suficiência alimentar e geração de excedentes exportáveis.

A valorização da agricultura mecanizada também traz para os campos do Terceiro Planalto, particularmente àqueles de Guarapuava, contingentes de gaúchos e catarinenses, principalmente na década de 1970, passando então a prosperar a soja como cultura de verão e o trigo no inverno. Também os descendentes de japoneses, de São Paulo e do Norte do Estado, procuraram nesta mesma década, as terras altas e frias dos campos de Guarapuava e Palmas para o plantio de batata-inglês.

Os setores dos campos de Palmas que permitem o uso de implementos modernos no trato do solo, foram também ocupados pela expansão dos grupos que ocuparam o Sudoeste Paranaense, como os descendentes de italianos e alemães, vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (Municípios de Clevelândia e Manguaçu).

Atualmente convivem, na região de Palmas e Guarapuava os descendentes das famílias tradicionais brasileiras, de imigrantes europeus e de reemigrantes nacionais, do Sul ou das antigas zonas coloniais do próprio Paraná, a trabalhar a terra, sob o

* Para maior aprofundamento a respeito da História dos Suábios do Danúbio, recomendamos a leitura de HELM (1967), ELFES (1971), GAPPMAIER (1986) e LICHTENBERGER (s/d). Para este nosso trabalho também tomamos depoimentos de colonos mais antigos de Entre Rios, além daqueles prestados pelo Prof. Raymundo May. O significado da obra dos Suábios do Danúbio nos campos de Guarapuava também pode ser entendido pela leitura de ABREU (1986).

estímulo do capital financeiro, visando a produção de grãos para exportação, ou marginalizados nos terrenos menos favoráveis e mais declivosos onde se pratica o sistema de rotação de terras, em roças de subsistência, além da coleta da erva-mate, da lenha e do pinhão.

Assim, são definidos mundos sócio-econômicos distintos com ampla consequência para o arranjo espacial do uso do solo, os quais são evidentes nas paisagens percebidas. A pequena produção de subsistência alimentar convive ao lado da moderna agropecuária comercial; a coleta do mate, da lenha e do pinhão, ao lado dos reflorestamentos uniespecíficos, e as modernas "aldeias" coloniais, ao lado de favelas e acampamentos de sem-terras.

Os novos povoadores ou os remanescentes da sociedade tradicional, ao demonstrarem maior ou menor aptidão para absorver a complexidade do moderno jogo capitalista, estarão se mantendo como classe dominante, através da apropriação da natureza e de suas transformações em recursos exportáveis.

3.2 — Os modernos sistemas de produção

A penetração do capitalismo financeiro na agricultura regional trouxe consigo a difusão da idéia do moderno como um conjunto de práticas apoiado numa nova base tecnológica, objetivando a busca da eficiência na produção rural. Assim, o sistema de produção, na concepção "moderna", apoia-se num conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo produtor rural, visando a maximização da produção com o mínimo de riscos. É a lógica da produção industrial levada ao campo e que, ao mesmo tempo, estimula a aplicação de insumos produzidos pela indústria urbana. Desta forma, a idéia do moderno associou-se a da motomecanização, uso de corretivos, adubos, defensivos e sementes melhoradas, além de assistência técnica prestada por profissionais especializados. O crédito rural foi facilitado aqueles que aceitaram o emprego deste novo sistema de trabalhar a terra.

Não nos cabe discutir os caminhos da política econômica nacional que conduziram a este estado de coisas. Eles dependem da própria evolução do capitalismo brasileiro e sua inserção numa conjuntura maior, de âmbito internacional. O que nos interessa é que as paisagens regionais foram extremamente modificadas a partir da adoção dos chamados modernos sistemas de produção.

O processo da transformação recente da organização espacial foi balizado por alguns fatores de ordem regional, que se aliaram àqueles de caráter nacional, no sentido de acelerar o próprio processo. Um primeiro destaque creditamos à presença de significativa quantidade de imigrantes de origem européia na região, principalmente dos suábios, que se instalaram com atividades agrícolas nas áreas campestres, criando condições favoráveis à rápida absorção da moderna tecnologia. Quando da expansão da soja, no início da década de 70, os suábios já possuíam os conhecimentos necessários ao manejo eficiente das terras de campo, uma vez que já tinham obtido, com a rizicultura mecanizada, enorme sucesso agrônômico e comercial, desde os meados da década de 50.

As condições agroecológicas apresentaram-se favoráveis, principalmente ao norte do rio Iguaçu, para a implantação e desenvolvimento dos modernos sistemas de produção. Onde a topografia permite a motomecanização, os campos se apresentam sem obstáculos com solos relativamente profundos, sem pedregosidade, com teores elevados de matéria orgânica, justificando o sucesso da agricultura moderna. Por outro la-

do, julgamos da maior importância o fato de que as terras de campo, ao final da década de 60, apresentavam valor comercial irrisório, estando nas mãos dos remanescentes das tradicionais famílias campeiras, descapitalizadas e absenteístas. A maior parte das propriedades apresentavam-se também com elevado número de herdeiros, o que dificultava sua exploração de forma economicamente rentável. A venda se constituía, geralmente, na melhor solução e as terras obtinham baixo valor comercial, sendo utilizadas apenas pela pecuária tradicional. Comprar terras de campo ou mesmo arrendá-las, para aqueles que acreditam no sucesso da agricultura moderna e comercialmente viável, constitui-se em tarefa das mais fáceis. Em alguns momentos, a própria aquisição destas terras foi financiada pelo sistema bancário, a juros subsidiados.

A estrutura das paisagens pré-existentes concorreu decisivamente para o desenvolvimento acelerado destas transformações. Assim, o fato de os campos estarem praticamente desabitados não provocou acentuado êxodo rural. A isso acresce-se a constatação de que os campos não participavam da produção de alimentos básicos, sendo estes produzidos pelos pequenos agricultores fora das áreas onde a implantação dos modernos sistemas de produção era compensadora. Desta feita, parece-nos evidente que a mudança da base técnica da produção provocou o aparecimento de uma espécie de frente pioneira interna, no centro sul do Estado do Paraná, justamente em torno dos campos do Terceiro Planalto.

A análise comparativa dos dados relativos aos recenseamentos de 1970 e 80 (BRASIL, IBGE, 1970 e 1980) mostra a Microrregião dos Campos de Guarapuava com um incremento em sua população rural de 16,2%, destoando do que ocorreu no Estado do Paraná, durante a década de 1970. As microrregiões centrais, contíguas à dos Campos de Guarapuava, também tiveram incremento populacional como também a do Alto Ivaí (16,6%) e a de Pitanga (20,5%). Estas duas representam áreas de ocupação tardia, onde o processo de estruturação fundiária, com base na agricultura, vai se efetivar apenas durante a década de 70, em substituição à economia florestal extrativa, que se esgotou com a exaustão dos recursos florestais. Entretanto, na Microrregião dos Campos de Guarapuava e mesmo em parte da Microrregião do Médio Iguaçu (Municípios de Clevelândia e Manguaçu), a ocupação dos campos nativos com a agricultura moderna intensificou-se nas décadas de 60/70, inclusive com a conquista de espaços florestados marginais aos campos, onde a topografia permitisse. Paralelamente ao aumento da população rural, observamos o incremento da área ocupada pelas principais culturas, conforme se pode depreender da análise das Tabelas do Anexo 1, há um aumento global de 4.100% para as culturas situadas ao norte do rio Iguaçu e de 6.312% para aquelas situadas ao sul, considerando-se o período entre 1945 e 1985.

A ampliação desta espécie de fronteira agrícola interna, além de atrair novos contingentes populacionais para a região, como os gaúchos emigrados do noroeste do Rio Grande do Sul, (anos de 1970-75), provocou o remanejamento intra-regional das populações anteriormente dispersas nas áreas marginais aos campos. A própria necessidade de concentrar os serviços de apoio à produção e a mão-de-obra volante junto às lavouras, incentivou a dinamização e o crescimento de pequenos núcleos populacionais, (Pinhão, Manguaçu, Clevelândia, Cantagalo, Turvo, Entre-Rios, Guará, Virmond, Segredo, Covó, Marquinho, Cândói), que passaram de acanhados povoados para centros ativos. Apresentam-se dotados de infra-estrutura como oficinas para a manutenção da maquinaria agrícola, casas comerciais especializadas em produtos agropecuários, postos e agências bancárias, escritórios de planejamento e administração rural, órgãos da administração pública, escritórios de cooperativas, com seus armazéns e silos,

enfim, todos os serviços necessários à própria existência de uma sociedade que passou a produzir e a consumir de acordo com as normas do padrão capitalista.

Como consequência da implantação e desenvolvimento dos modernos sistemas de produção agrícola, a insuficiente rede urbana herdada da fase tropeirista, não consolidada pelas atividades extrativas-florestais foi, mais recentemente, se estruturando num sistema urbano hierarquizado, tendo nos núcleos maiores e pré-existentes, os centros naturais de polarização. Assim, as cidades de Guarapuava, Palmas e Laranjeiras do Sul, passaram a comandar o processo da estruturação regional da produção agrícola, aí se concentrando os serviços mais especializados e os maiores parques de armazenamento e transformação dos produtos primários drenados pela malha viária, que se consolidou concomitantemente com o processo de modernização da agricultura.

O elemento mais evidente das modificações paisagísticas ocorridas a partir da modernização da base técnica da agricultura é a introdução ou o desenvolvimento de novas culturas, nos espaços outrora ocupados pela pecuária extensiva nos campos nativos.

Os dados apresentados no conjunto das Tabelas contidas em anexo refletem, quantitativamente, as condições da expansão da produção, área plantada e produtividade das culturas do arroz, batata inglesa, centeio, cevada, feijão, milho, soja e trigo, para o período compreendido entre 1945 e 1985.

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS NO PLANALTO DE GUARAPUAVA (1984-1985)					
ANO-PROD. (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	ÁREA (ha)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
1984					
Arroz	1.051,1	4,5	847,36		
Batata	7.985,5	0,2	1.871,72		
Canola	601,1	4,3	671,25		
Caveia	385,4	—	—	8.100	
Feijão	1.111,1	2,81	1.527,15	800	
Milho	2.552,2	0,78	8.555,11	—	
Soja	1.389,0	1.400	—	989	
Trigo	2.080,0	5.215,41	1.210,12	1.309	
TOTAL	180,0	180,0	21.581,22	1.587	
1985					
Arroz	1.051,1	4,5	847,36		
Batata	7.985,5	0,2	1.871,72		
Canola	601,1	4,3	671,25		
Caveia	385,4	—	—	8.100	
Feijão	1.111,1	2,81	1.527,15	800	
Milho	2.552,2	0,78	8.555,11	—	
Soja	1.389,0	1.400	—	989	
Trigo	2.080,0	5.215,41	1.210,12	1.309	
TOTAL	180,0	180,0	21.581,22	1.587	
ANEXO					
1984					
Arroz	1.051,1	4,5	847,36		
Batata	7.985,5	0,2	1.871,72		
Canola	601,1	4,3	671,25		
Caveia	385,4	—	—	8.100	
Feijão	1.111,1	2,81	1.527,15	800	
Milho	2.552,2	0,78	8.555,11	—	
Soja	1.389,0	1.400	—	989	
Trigo	2.080,0	5.215,41	1.210,12	1.309	
TOTAL	180,0	180,0	21.581,22	1.587	
1985					
Arroz	1.051,1	4,5	847,36		
Batata	7.985,5	0,2	1.871,72		
Canola	601,1	4,3	671,25		
Caveia	385,4	—	—	8.100	
Feijão	1.111,1	2,81	1.527,15	800	
Milho	2.552,2	0,78	8.555,11	—	
Soja	1.389,0	1.400	—	989	
Trigo	2.080,0	5.215,41	1.210,12	1.309	
TOTAL	180,0	180,0	21.581,22	1.587	
(19845 – 1985)					
1984					
Arroz	1.051,1	4,5	847,36		
Batata	7.985,5	0,2	1.871,72		
Canola	601,1	4,3	671,25		
Caveia	385,4	—	—	8.100	
Feijão	1.111,1	2,81	1.527,15	800	
Milho	2.552,2	0,78	8.555,11	—	
Soja	1.389,0	1.400	—	989	
Trigo	2.080,0	5.215,41	1.210,12	1.309	
TOTAL	180,0	180,0	21.581,22	1.587	
1985					
Arroz	1.051,1	4,5	847,36		
Batata	7.985,5	0,2	1.871,72		
Canola	601,1	4,3	671,25		
Caveia	385,4	—	—	8.100	
Feijão	1.111,1	2,81	1.527,15	800	
Milho	2.552,2	0,78	8.555,11	—	
Soja	1.389,0	1.400	—	989	
Trigo	2.080,0	5.215,41	1.210,12	1.309	
TOTAL	180,0	180,0	21.581,22	1.587	

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS NO PLANALTO DE GUARAPUAVA

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA		PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%	
1945				
Arroz	—	—	—	—
Batata	356,4	44	0,6	8.100
Centeio	20,0	25	0,4	800
Cevada	—	—	—	—
Feijão	1.356,0	1.400	19,4	969
Milho	7.080,0	5.410	77,0	1.309
Soja	—	—	—	—
Trigo	190,0	150	2,0	1.267
TOTAL	9.002,4	7.029		1.281
1946				
Arroz	85,2	47	0,4	1.813
Batata	483,0	70	0,6	6.900
Centeio	20,4	28	0,2	729
Cevada	—	—	—	—
Feijão	85,2	210	1,8	406
Milho	21.600,0	11.000	95,4	1.964
Soja	—	—	—	—
Trigo	160,0	180	1,6	889
TOTAL	22.434,0	11.535		1.945
1947				
Arroz	49,98	42	0,4	1.190
Batata	484,3	70	0,6	6.900
Centeio	80,0	100	0,8	800
Cevada	—	—	—	—
Feijão	900,0	1.000	8,5	900
Milho	23.100,0	10.000	84,6	2.310
Soja	—	—	—	—
Trigo	80,0	600	5,1	133
TOTAL	24.692,98	11.812		2.091

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA		PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%	
1948				
Arroz	647,76	556	5,4	1.165
Batata	1.671,72	279	2,8	5.992
Centeio	671,28	560	5,4	1.199
Cevada	—	—	—	—
Feijão	1.937,16	1.746	16,9	1.110
Milho	11.959,8	5.880	57,0	2.034
Soja	—	—	—	—
Trigo	4.694,1	1.291	12,5	3.638
TOTAL	21.581,82	10.312		2.093
1949				
Arroz	583,98	557	4,8	1.048
Batata	2.016,0	280	2,4	7.200
Centeio	720,0	554	4,8	1.300
Cevada	—	—	—	—
Feijão	915,78	811	7,0	2.384
Milho	16.869,96	5.888	50,5	2.865
Soja	—	—	—	—
Trigo	5.800,0	3.267	28,0	1.775
TOTAL	26.905,72	11.657		2.308
1950				
Arroz	798,0	644	6,2	1.239
Batata	2.016,0	240	2,3	8.400
Centeio	780,0	941	9,1	829
Cevada	—	—	—	—
Feijão	1.209,6	813	7,9	1.488
Milho	17.923,2	5.735	55,7	3.125
Soja	—	—	—	—
Trigo	1.850	1.936	18,8	956
TOTAL	24.576,8	10.309		2.384

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS NO PLANALTO

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA		PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%	
1951				
Arroz	708,6	479	1,8	1.479
Batata	2.177,4	598	2,2	3.641
Centeio	954,3	1.372	5,1	696
Cevada	—	—	—	—
Feijão	5.844,0	4.610	17,3	1.268
Milho	17.292,0	13.233	49,6	1.307
Soja	—	—	—	—
Trigo	4.411,4	6.386	24,0	691
TOTAL	31.387,7	26.678		1.176
1952				
Arroz	1.428,6	1.136	3,5	1.258
Batata	5.592,0	1.346	4,2	4.155
Centeio	1.411,5	1.979	6,2	713
Cevada	163,95	303	0,9	541
Feijão	5.628,0	6.186	19,2	910
Milho	14.934,0	14.319	44,6	1.043
Soja	—	—	—	—
Trigo	6.126,7	6.882	21,4	890
TOTAL	35.284,75	32.151		1.097
1953				
Arroz	996,0	716	1,4	1.391
Batata	2.706,0	356	0,8	7.601
Centeio	1.255,9	2.458	4,8	511
Cevada	225,0	363	0,8	620
Feijão	8.484,0	8.944	17,6	949
Milho	29.730,0	29.735	58,6	1.000
Soja	—	—	—	—
Trigo	4.734,8	8.134	16,0	579
TOTAL	48.131,7	50.706		949

ANO/PROD.		PRODUÇÃO (T)	ÁREA		(T) PRODUTIVIDADE (kg/ha)
			ha	%	
1954					
Arroz		3.180,0	2.420	4,4	1.315
Batata		4.200,0	1.108	2,0	3.971
Centeio		618,0	1.658	3,0	373
Cevada		100,0	186	0,3	538
Feijão		7.536,0	10.132	18,7	744
Milho		21.666,0	31.479	57,7	688
Soja		—	—	—	—
Trigo		3.277,5	7.563	13,9	434
TOTAL		40.577,5	54.546		744
1955					
Arroz		630,0	508	1,0	1.240
Batata		2.316,0	932	1,8	2.485
Centeio		841,5	1.293	2,5	651
Cevada		80,0	121	0,2	661
Feijão		3.300,0	8.881	17,4	372
Milho		19.206,0	34.056	66,7	564
Soja		—	—	—	—
Trigo		4.458,0	5.290	10,4	845
TOTAL		30.831,5	51.081		604
1956					
Arroz		1.092,0	847	1,7	1.289
Batata		3.600,0	992	2,0	3.629
Centeio		1.476,0	1.839	5,3	803
Cevada		90,0	121	0,2	744
Feijão		2.550,0	6.837	13,0	373
Milho		23.856,0	34.846	68,2	685
Soja		—	—	—	—
Trigo		3.400,0	4.840	9,6	702
TOTAL		36.054	50.322		717

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1957			
Arroz	5.400,0	4.356	7,7
Batata	4.116,0	1.186	2,1
Centeio	1.130,0	1.767	3,1
Cevada	93,6	126	0,2
Feijão	2.310,0	7.018	12,4
Milho	19.440,0	35.816	63,5
Soja	—	—	—
Trigo	4.865,6	6.187	11,0
TOTAL	37.355,2	56.456	662
1958			
Arroz	5.700,0	4.598	8,3
Batata	4.032,0	1.161	2,1
Centeio	1.140,0	1.766	3,2
Cevada	93,6	121	0,2
Feijão	2.583,0	6.945	12,6
Milho	19.620,0	36.058	64,7
Soja	—	—	—
Trigo	3.485,0	4.961	8,9
TOTAL	36.335,6	55.610	659
1959			
Arroz	8.820,0	5.082	9,0
Batata	4.074,0	1.174	2,1
Centeio	1.109,0	1.730	3,0
Cevada	93,6	126	0,2
Feijão	2.565,0	6.897	12,2
Milho	19.824,0	36.397	64,4
Soja	—	—	—
Trigo	3.816,0	5.130	9,1
TOTAL	40.301,6	56.536	713

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1960			
Arroz	14.754,0	8.828	14,6
Batata	4.032,0	1.162	1,9
Centeio	1.144,0	1.706	2,8
Cevada	95,0	128	0,2
Feijão	2.655,0	7.139	11,8
Milho	19.884,0	36.494	60,5
Soja	—	—	—
Trigo	3.960	4.961	8,2
TOTAL	46.524,0	60.418	770
1961			
Arroz	48.300,0	27.830	38,7
Batata	3.948,0	1.137	1,6
Centeio	1.179,0	1.182	1,7
Cevada	91,8	123	0,2
Feijão	2.662,8	7.103	9,8
Milho	19.980,0	29.403	41,0
Soja	—	—	—
Trigo	6.334,0	5.009	7,0
TOTAL	82.495,6	71.787	1.149
1962			
Arroz	56.400,0	28.556	34,5
Batata	38.340,0	1.379	1,7
Centeio	1.241,0	1.658	2,0
Cevada	86,4	116	0,1
Feijão	2.679,6	7.154	8,6
Milho	20.034,0	36.736	44,4
Soja	—	—	—
Trigo	6.640,0	7.162	8,7
TOTAL	125.421	82.761	1.515

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1960			
Arroz	61.920,0	31.170	36,5
Batata	3.900,0	1.121	1,3
Centeio	1.148,5	1.600	1,9
Cevada	90,0	121	0,1
Feijão	3.148,2	7.843	9,2
Milho	25.740,0	35.658	41,8
Soja	—	—	—
Trigo	6.664,0	7.889	9,2
TOTAL	102.610,7	85.402	1.202
1964			
Arroz	61.238,1	30.648	35,4
Batata	5.142,0	1.435	1,7
Centeio	1.170,7	1.844	2,1
Cevada	95,4	128	0,1
Feijão	3.051,0	7.906	9,1
Milho	24.627,0	39.114	45,2
Soja	—	—	—
Trigo	4.240,0	5.528	6,4
TOTAL	99.564,2	86.603	1.150
1965			
Arroz	60.556,2	30.123	33,0
Batata	4.498,2	1.174	1,3
Centeio	1.378,0	1.552	1,7
Cevada	90,0	120	0,1
Feijão	3.170,4	8.380	9,2
Milho	35.228,4	36.905	40,3
Soja	—	—	—
Trigo	12.932	13.132	14,4
TOTAL	117.853,2	91.386	1.290

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA		PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%	
1966				
Arroz	65.863,8	34.678	34,6	1.899
Batata	5.357,7	953	0,9	5.622
Centeio/Aveia	1.304,8	1.706	1,7	765
Cevada	102,5	138	0,1	743
Feijão	4.911,3	10.327	10,3	476
Milho	43.542,0	43.649	43,5	998
Soja	—	—	—	—
Trigo	8.982,3	8.896	8,9	1.010
TOTAL	130.064,4	100.347		1.296
1967				
Arroz	32.693,4	26.135	27,5	1.251
Batata	8.817,0	2.752	2,9	3.204
Centeio/Aveia	1.142,0	1.197	1,3	954
Cevada	82,5	110	0,1	750
Feijão	4.087,8	14.556	15,3	281
Milho	68.700,0	39.233	41,3	1.751
Soja	246,0	205	0,2	1.200
Trigo	12.795,6	10.850	11,4	1.179
TOTAL	128.564,3	95.038		1.353
1968				
Arroz	19.920,6	25.138	25,1	792
Batata	49.896,0	3.450	3,4	14.463
Centeio/Aveia	2.908,0	2.944	2,9	988
Cevada	60,8	121	0,1	502
Feijão	5.022,0	5.155	5,2	974
Milho	57.096,0	40.070	40,1	1.425
Soja	816,0	850	0,8	960
Trigo	33.337,5	22.450	22,4	1.485
TOTAL	169.056,9	100.178		1.688

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1969			
Arroz	37.027,8	26.450	22,7
Batata	29.425,2	1.928	1,7
Centeio/Aveia	2.072,5	2.105	1,8
Cevada	85,5	114	0,1
Feijão	7.026,0	6.215	5,3
Milho	73.608,0	41.560	35,7
Soja	5.250,0	3.500	3,0
Trigo	51.384,0	34.480	29,7
TOTAL	205.789,0	116.352	1.769
1970			
Arroz	25.411,2	18.160	15,1
Batata	31.730,4	2.121	1,8
Centeio/Aveia	3.008,4	2.070	1,7
Cevada	77,3	103	0,1
Feijão	5.961,6	8.280	6,9
Milho	77.700,0	43.600	36,3
Soja	15.750	10.500	8,7
Trigo	52.800,0	35.200	22,4
TOTAL	212.438,9	120.034	1.770
1971			
Arroz	34.424,4	20.170	15,4
Batata	22.812,0	1.582	1,2
Centeio/Aveia	3.268,4	2.877	2,2
Cevada	74,3	99	0,1
Feijão	4.236,0	9.300	7,1
Milho	84.540,0	47.600	36,2
Soja	16.692	10.700	8,1
Trigo	46.600,0	39.000	29,7
TOTAL	212.647,1	131.328	1.619

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA		PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%	
1972				
Arroz	26.487,6	17.680	13,0	1.498
Batata	23.211,0	1.415	1,0	16.403
Centeio/Aveia	3.143,2	2.688	2,0	1.169
Cevada	80,0	100	0,1	800
Feijão	6.840,0	9.500	7,0	720
Milho	86.590,0	48.520	35,5	1.782
Soja	43.605,0	20.250	14,9	2.153
Trigo	21.967,2	36.030	26,5	610
TOTAL	211.924,0	136.183		1.556
1973				
Arroz	37.303,0	19.484	15,5	1.915
Batata	11.413,0	1.391	1,1	8.205
Centeio/Aveia	18.604,0	11.715	9,3	1.588
Cevada	560,0	500	0,4	1.120
Feijão	5.858,0	8.492	6,7	690
Milho	69.077	39.249	31,0	1.760
Soja	50.400,0	27.700	21,9	1.819
Trigo	22.422,0	17.775	14,2	1.261
TOTAL	215.637,0	126.303		1.707
1974				
Arroz	37.396	23.400	12,3	1.598
Batata	18.032	1.351	0,7	13.347
Centeio/Aveia	14.522	8.710	4,6	1.667
Cevada	1.464,0	1.220	0,6	1.200
Feijão	7.548,0	10.700	5,6	705
Milho	99.498,0	62.293	32,7	1.597
Soja	116.436,0	55.650	29,2	2.092
Trigo	39.585,0	26.750	14,1	1.480
TOTAL	334.481,0	190.074		1.760

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA		PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%	
1975				
Arroz	38.982,0	24.410	12,2	1.597
Batata	33.319,0	2.175	1,1	15.319
Centeio/Aveia	14.594,0	9.618	4,8	1.517
Cevada	6.860,0	4.900	2,5	1.400
Feijão	8.244,0	11.450	5,7	720
Milho	105.840,0	59.000	29,6	1.794
Soja	125.370,0	59.700	29,9	2.100
Trigo	36.705,0	28.150	14,2	1.304
TOTAL	369.910	199.403		1.855
1976				
Arroz	50.705,0	28.220	11,9	1.797
Batata	41.275,0	2.565	1,1	16.092
Centeio/Aveia	13.150,0	8.700	3,7	1.511
Cevada	9.960,0	8.400	3,6	1.186
Feijão	8.856,0	12.200	5,2	726
Milho	124.176,0	69.200	29,3	1.794
Soja	154.090,0	79.169	33,4	1.946
Trigo	34.975,0	28.000	11,8	1.249
TOTAL	437.187,0	236.454		1.850
1977				
Arroz	36.402	22.000	9,5	1.655
Batata	55.872	2.820	1,2	19.813
Centeio/Aveia	10.049,0	6.699	2,8	1.500
Cevada	38.040	19.000	8,1	2.000
Feijão	9.550,0	13.000	5,2	735
Milho	144.814	81.000	34,5	1.788
Soja	173.881,0	78.736	33,6	2.208
Trigo	18.000	12.000	5,1	1.500
TOTAL	486.608,0	235.255		2.068

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1978			
Arroz	15.386,0	22.600	9,6
Batata	77.517,0	3.333	1,4
Centeio/Aveia	6.000,0	3.000	1,3
Cevada	30.800,0	15.440	6,6
Feijão	8.695,0	14.050	6,0
Milho	82.600,0	80.520	34,2
Soja	114.695,0	79.100	33,7
Trigo	30.600,0	17.000	7,2
TOTAL	366.293,0	235.043	1.558
1979			
Arroz	12.960,0	14.400	5,4
Batata	82.916,0	3.421	1,3
Centeio/Aveia	7.000,0	3.500	1,3
Cevada	35.409,0	20.210	7,6
Feijão	10.787,0	16.500	6,2
Milho	114.641,0	91.200	34,3
Soja	140.030,0	85.000	32,0
Trigo	49.878,0	31.730	11,9
TOTAL	453.821,0	265.961	1.706
1980			
Arroz	24.713,0	13.518	4,8
Batata	72.379,0	2.710	1,0
Centeio/Aveia	14.346,0	7.200	2,6
Cevada	23.167,0	18.810	6,7
Feijão	5.040,0	16.800	6,7
Milho	172.166,0	88.500	31,3
Soja	178.522,0	101.750	36,0
Trigo	31.814,0	32.750	11,6
TOTAL	522.147,0	282.038	1.851

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1981			
Arroz	29.525,0	11.600	4,0
Batata	75.630,0	2.470	0,9
Centeio/Aveia	15.975,0	7.986	2,8
Cevada	14.025,0	15.060	5,2
Feijão	13.213,0	27.230	9,5
Milho	215.040,0	114.250	39,8
Soja	179.375,0	102.500	35,7
Trigo	6.065,0	5.995	2,1
TOTAL	548.848,0	287.091	1.912
1982			
Arroz	6.262,0	8.150	2,8
Batata	80.262,0	3.240	1,1
Centeio/Aveia	8.369,0	9.775	3,3
Cevada	12.956,0	15.694	5,4
Feijão	13.590,0	28.270	9,7
Milho	174.340,0	120.800	41,1
Soja	169.985,0	101.500	34,7
Trigo	3.290,0	5.450	1,9
TOTAL	469.084,0	292.879	1.602
1983			
Arroz	18.385,0	8.160	3,2
Batata	53.684,0	2.365	0,9
Centeio/Aveia	13.676,0	12.555	5,0
Cevada	3.435,0	3.540	1,4
Feijão	8.429,0	23.450	9,3
Milho	151.772,0	107.850	42,9
Soja	147.390,0	92.250	36,6
Trigo	1.395,0	1.680	0,7
TOTAL	398.166,0	251.850	1.581

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS NO PLANTIO

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1984			
Arroz	13.245,0	7.400	2,8
Batata	70.490,0	2.625	1,0
Centeio/Aveia	20.588,0	11.905	4,5
Cevada	5.444,0	3.720	1,4
Feijão	11.002,0	23.220	8,7
Milho	179.767,0	110.950	41,4
Soja	176.140,0	103.200	38,6
Trigo	5.655,0	4.250	1,6
TOTAL	482.331,0	267.370	1.804
1985			
Arroz	9.759,0	7.530	2,6
Batata	74.023	2.770	1,0
Centeio/Aveia	16.818,0	8.972	3,1
Cevada	20.113,0	8.060	2,8
Feijão	14.315,0	24.720	8,6
Milho	195.950,0	109.500	38,0
Soja	206.206,0	109.000	37,8
Trigo	29.478,0	17.630	6,1
TOTAL	566.662,0	288.182	1.966

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS NO PLANALTO DE PALMAS

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1945			
Arroz	36,0	40	0,6
Batata	105,3	13	0,2
Centeio	81,0	90	1,3
Cevada	60,0	60	0,9
Feijão	71,46	222	3,2
Milho	9.336,0	6.400	92,1
Soja	—	—	—
Trigo	120,0	120	1,7
TOTAL	9.809,76	6.945	1.412
1946			
Arroz	94,8	79	4,5
Batata	126,0	15	0,9
Centeio	81,0	90	5,2
Cevada	—	—	—
Feijão	339,6	283	16,2
Milho	1.920,0	840	48,0
Soja	—	—	—
Trigo	440,0	440	25,2
TOTAL	3.001,4	1.747	1.718
1947			
Arroz	393,0	330	4,8
Batata	219,6	49	0,7
Centeio	81,0	90	1,3
Cevada	—	—	—
Feijão	408,0	788	11,4
Milho	6.276,0	4.340	62,8
Soja	—	—	—
Trigo	958,5	1.314	19,0
TOTAL	8.336,1	6.911	1.206

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA		PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%	
1948				
Arroz	147,0	169	1,4	870
Batata	348,0	58	0,5	6.000
Centeio	68,0	136	1,1	500
Cevada	17,0	24	0,2	708
Feijão	4.091,4	3.763	31,4	1.087
Milho	7.800,0	6.050	50,6	1.289
Soja	—	—	—	—
Trigo	2.592,0	1.778	14,8	1.458
TOTAL	15.068,4	11.978		1.258
1949				
Arroz	405,0	321	1,5	1.262
Batata	650,4	108	0,5	6.022
Centeio	90,0	169	0,8	533
Cevada	15,0	25	0,1	600
Feijão	8.142,0	6.500	30,6	1.253
Milho	13.440,0	12.106	57,2	1.110
Soja	—	—	—	—
Trigo	3.529,5	1.979	9,3	1.783
TOTAL	26.271,9	21.208		1.239
1950				
Arroz	195,0	125	1,0	1.560
Batata	300,0	38	0,3	7.895
Centeio	90,0	200	1,6	450
Cevada	13,0	20	0,2	650
Feijão	4.290,0	2.770	22,3	1.549
Milho	14.430,0	7.500	60,5	1.924
Soja	—	—	—	—
Trigo	1.100	1.742	14,1	631
TOTAL	20.418,0	12.395		1.647

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS NO PLANALTO

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1951			
Arroz	393,0	337	3,1
Batata	360,0	40	0,4
Centeio	255,0	210	1,9
Cevada	15,0	20	0,2
Feijão	4.170,0	2.800	25,7
Milho	9.450,0	5.000	45,9
Soja	—	—	—
Trigo	1.916,0	2.480	22,8
TOTAL	16.559,0	10.887	1.521
1952			
Arroz	459,0	470	4,2
Batata	348,0	46	0,4
Centeio	527,5	575	5,2
Cevada	149,0	190	1,7
Feijão	4.710,0	3.920	35,2
Milho	4.350,0	3.300	29,7
Soja	—	—	—
Trigo	2.100,0	2.620	23,6
TOTAL	12.643,5	11.121	1.137
1953			
Arroz	1.176,0	755	5,3
Batata	1.578,0	600	4,2
Centeio	468,0	550	3,9
Cevada	105,8	252	1,8
Feijão	8.202,0	6.835	48,2
Milho	4.230,0	2.600	18,4
Soja	—	—	—
Trigo	2.220,0	2.575	18,2
TOTAL	17.979,8	14.167	1.269

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1954			
Arroz	1.218,0	780	5,4
Batata	1.626,0	590	4,1
Centeio	747,5	846	5,8
Cevada	186,9	261	1,8
Feijão	8.262,0	6.840	47,2
Milho	3.030,0	2.600	18,0
Soja	—	—	—
Trigo	1.565,5	2.565	17,7
TOTAL	16.635,9	14.482	1.149
1955			
Arroz	1.780,8	1.135	7,4
Batata	1.722,0	1.076	7,1
Centeio	332,5	338	2,2
Cevada	203,7	291	1,9
Feijão	6.664,8	5.444	35,7
Milho	5.634,0	3.357	22,0
Soja	—	—	—
Trigo	2.915,3	3.619	23,7
TOTAL	19.253,1	15.260	1.262
1956			
Arroz	885,0	460	3,6
Batata	2.492,4	1.083	8,5
Centeio	162,8	184	1,4
Cevada	67,2	96	0,8
Feijão	9.234,0	7.167	56,1
Milho	4.296,0	1.972	15,4
Soja	—	—	—
Trigo	1.442,1	1.821	14,2
TOTAL	18.669,5	12.783	1.460

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1957			
Arroz	529,8	277,0	3,9
Batata	1.005,0	419,0	5,1
Centeio	355,2	386,0	5,4
Cevada	78,6	98,0	1,4
Feijão	1.765,8	1.614,0	22,4
Milho	4.554,0	2.468,0	34,3
Soja	—	—	—
Trigo	1.326,0	1.940,0	26,8
TOTAL	9.614,4	7.202	1.334
1958			
Arroz	576,0	287,0	4,1
Batata	926,4	414,0	5,9
Centeio	276,6	336,0	4,8
Cevada	70,0	100,0	1,4
Feijão	2.566,0	1.715,0	24,4
Milho	4.797,0	2.468,0	35,2
Soja	—	—	—
Trigo	980,7	1.702,0	24,2
TOTAL	10.192,7	7.022	1.452
1959			
Arroz	937,8	510,0	5,9
Batata	891,6	410,0	4,7
Centeio	278,0	375,0	4,3
Cevada	71,4	102,0	1,2
Feijão	2.573,4	1.612,0	18,6
Milho	5.929,8	3.377,0	38,8
Soja	—	—	—
Trigo	1.506,3	2.304,0	26,5
TOTAL	12.188,3	8.690	1.403

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1960			
Arroz	1.009,8	523	5,9
Batata	921,9	467	5,2
Centeio	255,4	369	4,1
Cevada	72,8	104	1,2
Feijão	2.403,0	1.562	17,5
Milho	5.870,4	3.413	38,1
Soja	—	—	—
Trigo	1.906,7	2.509	28,0
TOTAL	12.440,0	8.947	1.390
1961			
Arroz	1.081,8	535	5,8
Batata	952,2	524	5,7
Centeio	232,8	363	3,9
Cevada	74,2	106	1,1
Feijão	2.232,6	1.511	16,4
Milho	5.811,0	3.448	37,6
Soja	—	—	—
Trigo	2.307,1	2.713	29,5
TOTAL	12.691,7	9.200	1.380
1962			
Arroz	1.638,6	729	7,1
Batata	885,6	548	5,3
Centeio	255,0	399	3,9
Cevada	53,9	77	0,7
Feijão	2.721,0	1.910	18,5
Milho	6.411,6	3.743	36,2
Soja	—	—	—
Trigo	2.329,4	2.922	28,3
TOTAL	14.295,1	10.328	1.384

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1963			
Arroz	1.714,8	758	6,3
Batata	914,4	555	4,6
Centeio	955,0	471	3,9
Cevada	54,6	79	0,7
Feijão	2.921,4	1.977	16,5
Milho	6.748,8	3.988	33,4
Soja	125,4	65	0,5
Trigo	2.485,0	4.077	34,1
TOTAL	16.410,8	11.970	1.371
1964			
Arroz	1.161,3	570	5,4
Batata	1.067,4	472	4,5
Centeio	229,2	372	3,5
Cevada	36,4	104	1,0
Feijão	3.700,2	2.538	23,9
Milho	6.225,0	3.659	34,5
Soja	28,5	13	0,1
Trigo	1.876,4	2.878	27,1
TOTAL	14.324,4	10.606	1.351
1965			
Arroz	2.001,0	908	6,8
Batata	968,4	577	4,4
Centeio	563,3	599	4,5
Cevada	43,4	62	0,5
Feijão	3.298,8	2.362	17,8
Milho	8.773,8	5.360	40,4
Soja	192,0	120	0,9
Trigo	1.628,7	3.276	24,7
TOTAL	17.469,4	13.264	1.317

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA		PRODUTIVIDADE (kg/ha)	
		ha	%		
1966					
Arroz	1.627,8	835	7,1	1.949	
Batata	911,4	555	4,7	1.642	
Centeio	894,0	577	4,9	645	
Cevada	42,0	60	0,5	700	
Feijão	2.935,8	2.089	17,6	1.405	
Milho	6.984,6	4.358	36,8	1.603	
Soja	135,0	95	0,8	1.421	
Trigo	2.339,6	3.263	27,6	717	
TOTAL	15.870,2	11.832		1.341	
1967					
Arroz	1.679,4	933	8,1	1.800	
Batata	2.531,4	564	4,9	4.488	
Centeio	255,0	425	3,7	600	
Cevada	—	—	—	—	
Feijão	1.225,4	2.638	22,9	465	
Milho	5.109,6	4.810	41,9	1.062,3	
Soja	234,0	155	1,3	1.510	
Trigo	1.354,0	1.982	17,2	683	
TOTAL	12.388,8	11.507		1.077	
1968					
Arroz	2.011,2	1.561	8,9	1.288	
Batata	2.683,2	662	3,8	4.053	
Centeio	258,0	430	2,5	600	
Cevada	—	—	—	—	
Feijão	2.486,4	2.527	14,4	984	
Milho	12.407,4	9.417	53,7	1.318	
Soja	1.332,0	1.056	6,0	1.261	
Trigo	1.368	1.880	10,7	728	
TOTAL	22.546,2	17.533		1.286	

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA		PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%	
1969				
Arroz	2.901,0	1.770	8,0	1.639
Batata	2.234,4	714	3,2	3.129
Centeio	304,5	435	2,0	700
Cevada	—	—	—	—
Feijão	2.742,0	3.065	13,9	895
Milho	16.375,8	13.201	59,7	1.240
Soja	1.422,0	1.170	5,3	1.215
Trigo	1.428,8	1.757	7,9	813
TOTAL	27.408,5	22.112		1.240
1970				
Arroz	3.141,0	1.745	6,6	1.800
Batata	1.493,4	479	1,8	3.118
Centeio	270,0	450	1,7	600
Cevada	—	—	—	—
Feijão	3.540,0	3.690	13,9	959
Milho	21.450,0	15.556	58,4	1.379
Soja	1.576,2	1.286	4,8	1.226
Trigo	2.889,5	3.420	12,8	848
TOTAL	34.360,1	26.626		1.290
1971				
Arroz	3.543,6	2.293	5,1	1.545
Batata	1.434,0	440	1,0	3.259
Centeio	148,0	345	0,8	429
Cevada	—	—	—	—
Feijão	3.892,2	4.250	9,4	916
Milho	20.020,2	15.845	34,8	1.264
Soja	1.591,2	1.317	2,9	1.208
Trigo	18.289,8	20.903	46,0	875
TOTAL	48.919,0	45.393		1.078

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA		PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%	
1972				
Arroz	2.694,0	1.830	3,3	1.472
Batata	826,8	268	0,5	3.085
Centeio	105,0	350	0,6	300
Cevada	—	—	—	—
Feijão	5.008,8	4.970	8,9	1.008
Milho	17.778,0	13.820	24,9	1.286
Soja	16.585,2	13.304	24,0	1.247
Trigo	7.714,5	20.990	37,8	368
TOTAL	50.712,3	55.532		931
1973				
Arroz	3.090,0	1.920	7,2	1.609
Batata	726,0	150	0,6	4.850
Centeio	90,0	150	0,6	600
Cevada	—	—	—	—
Feijão	2.022,0	3.115	11,7	1.541
Milho	13.521,0	11.554	43,5	1.170
Soja	11.122,0	6.661	25,1	1.670
Trigo	2.326,0	2.993	11,3	777
TOTAL	32.897,0	26.543		1.239
1974				
Arroz	3.081,0	2.190	3,9	1.407
Batata	1.137,0	200	0,4	5.685
Centeio	240,0	400	0,7	600
Cevada	—	—	—	—
Feijão	3.516,0	4.150	7,3	847
Milho	36.210,0	23.300	41,5	1.554
Soja	27.570,0	20.390	36,3	1.352
Trigo	4.130,0	5.550	9,9	744
TOTAL	75.884,0	56.180		1.351

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1975			
Arroz	18.140,0	8.460	14,7
Batata	1.399,0	221	0,4
Centeio	293,0	418	0,7
Cevada	88,0	416	0,7
Feijão	2.621,0	3.340	5,8
Milho	30.516,0	19.100	33,2
Soja	24.930,0	15.180	26,4
Trigo	5.386,0	10.400	18,1
TOTAL	83.373,0	57.535	1.449
1976			
Arroz	13.456,0	9.920	15,2
Batata	3.921,0	660	1,0
Centeio	470,0	470	0,7
Cevada	310,0	310	0,5
Feijão	3.269,0	4.684	7,2
Milho	37.324,0	22.980	35,1
Soja	30.989,0	17.490	26,7
Trigo	7.760,0	8.900	13,6
TOTAL	97.499,0	65.414	1.490
1977			
Arroz	25.485,0	12.190	16,7
Batata	7.707,0	1.240	1,7
Centeio	37,0	55	0,1
Cevada	778,0	537	0,7
Feijão	3.146	4.800	6,6
Milho	46.919,0	23.914	32,8
Soja	45.697,0	24.718	40,0
Trigo	5.040,0	5.400	7,4
TOTAL	134.809	72.854	1.850

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA		PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%	
1978				
Arroz	3.020,0	10.535	16,0	287
Batata	3.247,0	490	0,7	6.627
Centeio	—	—	—	—
Cevada	381,0	254	0,4	1.500
Feijão	2.477,0	3.695	5,6	670
Milho	13.889,0	16.790	25,4	827
Soja	38.434,0	32.655	49,5	1.177
Trigo	1.525,0	1.564	2,4	975
TOTAL	62.973,0	65.983		954
1979				
Arroz	5.194,0	8.022	11,1	647
Batata	2.123,0	331	0,5	6.414
Centeio	21,0	38	0,1	553
Cevada	262,0	200	0,3	1.310
Feijão	4.110,0	4.683	6,5	876
Milho	23.433,0	16.258	22,4	1.441
Soja	43.675,0	37.548	51,8	1.163
Trigo	4.389,0	5.280	7,3	831
TOTAL	83.207,0	72.360		1.150
1980				
Arroz	15.932,0	9.820	11,4	1.622
Batata	4.253,0	363	0,4	11.716
Centeio	164,0	158	0,2	1.038
Cevada	641,0	515	0,6	1.245
Feijão	2.600,0	6.710	7,8	387
Milho	33.799,0	18.114	21,1	1.866
Soja	77.292,0	43.170	50,2	1.791
Trigo	3.315,0	7.150	8,3	464
TOTAL	137.996,0	86.000		1.605

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%
1981			
Arroz	13.155,0	7.850	11,2
Batata	4.865,0	378	0,5
Centeio	29,0	35	0,1
Cevada	828,0	685	1,0
Feijão	3.513,0	3.797	5,4
Milho	49.120,0	22.200	31,5
Soja	62.094,0	33.050	46,9
Trigo	2.464,0	2.380	3,4
TOTAL	136.068,0	70.375	1.933
1982			
Arroz	5.451,0	5.720	7,4
Batata	7.870,0	548	0,7
Centeio	1.197,0	2.134	2,7
Cevada	834,0	2.123	2,7
Feijão	5.379,0	5.915	7,6
Milho	40.002,0	23.800	30,6
Soja	54.534,0	35.210	45,3
Trigo	1.164,0	2.320	3,0
TOTAL	116.431,0	77.770	1.497
1983			
Arroz	8.216,0	5.423	6,9
Batata	9.108,0	604	0,8
Centeio	1.350,0	1.450	1,8
Cevada	624,0	1.300	1,7
Feijão	3.457,0	5.924	7,5
Milho	39.346,0	21.786	27,7
Soja	70.590,0	36.800	46,9
Trigo	2.205,0	5.280	6,7
TOTAL	134.896,0	78.567	1.717

ANO/PROD.	PRODUÇÃO (T)	ÁREA		PRODUTIVIDADE (kg/ha)
		ha	%	
1984				
Arroz	9.303,0	5.770	7,3	1.612
Batata	9.757,0	550	0,7	17.740
Centeio	849,0	774	1,0	1.097
Cevada	922	1.180	1,5	781
Feijão	4.933,0	5.828	7,4	846
Milho	49.629,0	24.700	31,1	2.009
Soja	71.414,0	39.520	49,8	1.807
Trigo	788,0	933	1,2	845
TOTAL	147.595,0	79.255		1.862
1985				
Arroz	5.942,0	4.550	5,1	1.306
Batata	10.856,0	528	0,6	20.561
Centeio	1.595,0	951	1,1	1.677
Cevada	3.202,0	2.030	2,3	1.577
Feijão	5.855,0	6.155	6,9	951
Milho	46.900,0	25.050	28,1	1.872
Soja	76.683,0	40.470	45,4	1.895
Trigo	13.433,0	9.396	10,5	1.430
TOTAL	164.446,0	89.130		1.845

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, A.T.G. **A posse e uso da terra. Modernização agropecuária de Guarapuava.** Curitiba, Biblioteca Pública do Paraná. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.
- BALAN, J. **Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil.** São Paulo, (Estudos Cebrap, 5), 1973.
- BALHANA, A.P. **Aspectos da Geografia Humana do Paraná.** Curitiba, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, (Boletim 35), 1955.
- BALHANA, A.P. & PINHEIRO MACHADO, B. (coord.) **Campos Gerais. Estruturas agrárias.** Curitiba. Universidade Federal do Paraná. 1968.
- BALHANA, A.P.; PINHEIRO MACHADO, B. & WESPHALEN, C.M. **História do Paraná.** Curitiba, Grafipar, 1.^o v., 1969.
- BARTHELMESS, A. **Ocupação e organização do Paraná Velho.** Boletim Paranaense de Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional do Paraná. Curitiba, 6/7:42-63, 1962.

- BIGG-WITHER, T.P. **Novo caminho no Brasil Meridional: A Província do Paraná; três anos em suas florestas e campos (1872-1875)**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio; Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1974.
- BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico de 1970; Paraná**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1973.
- BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico de 1980; Paraná**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1982.
- BRUNO, E.S. **História do Brasil Geral e Regional. São Paulo e o Sul**. São Paulo, Ed. Cultrix, v. 5, 1967.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, T.A. Queiroz, Editor (Biblioteca Básica de Ciências Sociais. Série 1.^a Estudos Brasileiros, 7), 2.^a ed. 1983.
- CARVALHO, E. Relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina. Trecho Guarapuava-Laranjeiras. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro. 2(24):1936-41. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1945.
- ELFES, A. **Suábios no Paraná**. Entre Rios, Cooperativa Agrária Ltda, 1971.
- GAPPMAYER, J. **A colônia dos Suábios do Danúbio no Paraná**. Entre Rios, Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda. 1986.
- GEIGER, P.P. Relatório Geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina. Trecho Curitiba-Guarapuava. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, 2(24):1929-36. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1945.
- HELM, C.M.V. Os Suábios do Danúbio no Paraná. Porto Alegre, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul (Correio, 8), 1983.
- LICHTENBERGER, J. **Entre Rios. Documentário ilustrado da colonização suábio-danubiana**. Entre Rios, Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda, s/d.
- LIMA FIGUEIREDO. Oeste Paranaense. São Paulo, Editora Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira, (Coleção Brasileira, 15-97), 1937.
- LIMA, F.C. Memória sobre o descobrimento e Colônia de Guarapuava. **Revista Trimestral de História e Geografia**, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 4:43-64, 1842.
- LINHARES, T. História econômica do mate. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio, (Coleção Documentos Brasileiros, 138), 1969.
- LUZ, C.F.C. **A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. Dissertação de Mestrado, ed. do autor, 1980.
- PADIS, P.C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC. Curitiba, Secretaria de Cultura e do Esporte do Estado do Paraná (Economia e Planejamento: Série Teses e Pesquisas), 1981.
- PARANÁ. IPARDES. **Nova configuração espacial do Paraná**. Curitiba, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Fundação Edison Vieira, 1983.
- PINTO BANDEIRA, J.J. Notícia da descoberta do campo de Palmas. **Revista Trimestral de História e Geografia**, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 4(4):385-96, 1851.

DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE EROÇÃO E ASSOREAMENTO

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, Ed. Nacional, 1974.

WACHOWICZ, R.C. Paraná; sudoeste; ocupação e colonização. Curitiba, Lítero-Técnica (Estante Paranista, 21), 1985.

WAIBEL, L. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. In: **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE/SUPREN, 2 ed.: 225-277, 1979.

VALVERDE, O. Planalto Meridional do Brasil. Guia de Escursão n.º 9. Rio de Janeiro, XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional, 1957.

Na região de estudo, a análise de sedimentos e das formas erosivas permitiram a distinção de três classes de áreas suscetíveis à erosão e de duas categorias de áreas favoráveis ao assoreamento. Os contatos das Formações Botucatu (Tf) e Cachoeirinha (Ti) que encontram-se em exposição pela drenagem correspondem à classe mais suscetível à erosão, enquanto as várias situações na área de deposição da Formação Botucatu constituem as áreas favoráveis ao assoreamento.

ABSTRACT

On the Alto Araguai drainage basin various conditions for the action of fast erosion and favourable places for detrital accumulation appear. The geological survey has defined three classes of areas susceptible to erosion and two classes of areas favorable to sedimentation. The alluvial deposits of the Botucatu (Tf) and Cachoeirinha Formation (Ti) are the most susceptible class to the erosion process. While the fluvial plain on the Botucatu Formation outcrops is the most favorable area for the accumulation.

INTRODUÇÃO

A área montante do alto Curso de drenagem no basio do Alto Araguai sofre um quadro em que a erosão em rápida ação forma de rios, vales e áreas suscetíveis de erosão, contrasta um alto potencial erosivo na bacia em vista a inutilização das áreas agrícolas e a deficiência de obras de conservação e controle hídrico.

Esta região localiza-se entre as paralelos 17° 00' e 18° 10' e os meridianos 52° 45' e 53° 30', adjacente ao Parque Nacional do Itatiaia. O rio Araguai possui como principal afluente o rio São João, além de inúmeras outras bacias de importância local. Esta área compreende a cidade de Alto Araguai, parte do município de Alto Taquari, no Mato Grosso, e parte do Santa Rita do Araguai e parte dos municípios de Porciúncula e Mollat em Goiás. Esta abrangência em área de domínio de rochas sedimentares e ígneas da Serra do Paraná, que apresentam o Planalto do Rio Verde, a Serra do Cipó e a Serra da Capivara, parte do planalto sul dos Araripeiros (SCHUBERTHAUS F., 1979 BRASIL, 1953).

A erosão acelerada constitui um problema presente na região e a situação atual de erosão na região, que foi agravada sobretudo com a ocupação intensiva para a cultura de soja e pela implantação de pastagens. O estudo é impulsionado pelas condições que estão sendo apresentadas por parte de uma abordagem mais ampla, sob o nome

¹ Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Geografia, 81200-000, Maringá, PR.

² CNIG - Conselho Nacional de Geografia, Comissão de Assessoria e Pesquisa, 20040-000, Brasília, DF, São Paulo, SP.